

5.

Capital, Estado, hegemonia e imperialismo: qual o lugar e o papel do Brasil e dos "países emergentes"?

*"¿Es cierto que Brasil tiene una idea imperial de la diplomacia o es un mito? (Ríe.) No. Brasil tiene interés muy fuerte en el desarrollo de toda la región pese a las asimetrías entre los distintos países. No es un imperio, no quiere serlo ni quiere repetir los errores de los imperios. Al contrario. Cree en asociarse, en cooperar, en reformar un sistema internacional que se caracteriza, a mi juicio, por la convivencia de potencias centrales y de ex colonias, como nosotros. Los países más pobres, los países en desarrollo, tenemos intereses comunes para cambiar las reglas del mundo"**

Em que medida a hegemonia internacional pode ser desafiada por países nos quais as classes dominantes estão comprometidas com o próprio projeto hegemônico? A atual ascensão de países chamados "emergentes" configuraria uma perspectiva de ordem não hegemônica, ou esses países, e suas diferentes forças sociais, reproduziriam a lógica de acumulação capitalista, levando assim a mais um ciclo de expansão do capital global? Esses questionamentos foram apresentados no primeiro capítulo do presente trabalho. Ali, organizamos as respostas de acordo com diferentes perspectivas teóricas e visões de mundo. Primeiro, aquelas que contemplam ajustes e acomodações, e não mudanças radicais na ordem mundial, tendo como normatividade (ora implícita) o "bom funcionamento" e a manutenção da própria ordem mundial sob dominação dos EUA. Essa perspectiva, que, em grande medida, parte de pensadores situados no centro de poder global (os Estados Unidos) é mais frequentemente encontrada em autores das correntes teóricas dominantes das Relações Internacionais, o realismo e o institucionalismo. Segundo, aquelas que veem mudanças e o descolamento do centro de acumulação, com o declínio da hegemonia estadunidense em direção a uma ordem plural, e o possível deslocamento do centro de poder e acumulação de capital para o Leste Asiático, podendo significar uma transição do próprio capitalismo. Muitos pensadores vinculados à chamada abordagem do "sistema mundo", que se enquadram no campo marxista das RI, sustentaram essa ideia. Ela é revidada por realistas e marxistas (em uma terceira perspectiva), que analisam

* Samuel Pinheiro Guimarães, no cargo de Alto Representante do Mercosul, em entrevista ao jornal argentino Pagina 12, reproduzido por El País em 10 de maio de 2011

mudanças e configurações históricas que desembocam no aprofundamento do capitalismo com base no poder americano. Partindo de visões de mundo e métodos diferentes, alguns realistas e marxistas afirmam que a expansão global do capital é reproduzida pelos "países emergentes" como a China, impulsionando um novo ciclo expansivo. Desse modo, a expansão econômica na Ásia se situaria dentro da estrutura de poder capitalista estadunidense, não implicando uma "ameaça" a esse poder. Neste último capítulo, retornaremos a alguns desses autores das três diferentes perspectivas sobre a "emergência" de países como a China e o Brasil, analisando suas abordagens sobre a construção de uma ordem hegemônica e do imperialismo na sua fase atual.

A exportação de capitais (por meio de crédito e investimentos diretos) e um projeto de poder político são historicamente duas dimensões centrais dos fenômenos mundiais de hegemonia e imperialismo capitalista, que implicam intervenções em estruturas, relações sociais e formas de vida locais previamente existentes, além de reconfigurações territoriais, gerando conflitos. Essas dimensões compõem, por sua vez, importantes determinantes da ascensão e da atuação internacional dos países BRICS. Nos capítulos anteriores, demonstramos que a internacionalização de empresas brasileiras é decorrente tanto da formação de monopólios no mercado doméstico (não esgotando suas possibilidades de acumulação), quanto de políticas públicas proativas, que buscam a melhor inserção do país no marco da competição capitalista global. A expansão internacional dessas empresas está estreitamente relacionada à busca do país pela diversificação de relações político-comerciais, com a ampliação e o aprofundamento dessas relações com outros países e regiões do Sul, que formam as bases a partir das quais o país busca ter maior participação e incidência nas instâncias globais de concertação política. Consideramos, portanto, que a "emergência" do Brasil na atual ordem mundial é resultado tanto de um projeto político quanto econômico, ambos característicos de um projeto de poder, que não é necessariamente explícito, e exhibe, por vezes, as contradições entre os diferentes grupos e forças sociais político-econômicas que o levam a cabo.

A atuação do Estado no governo Lula significou uma mudança do paradigma (neo)liberal para o paradigma (neo)desenvolvimentista, pressupondo uma mudança na compreensão sobre a relação entre Estado e capital. No pensamento liberal clássico, que forma as bases para o neoliberalismo, a economia teria uma lógica divorciada da

política. O livre mercado exerceria uma "seleção natural" na vida da sociedade, na qual os mais produtivos e inovadores prevaleceriam sobre os menos produtivos. A intervenção do Estado, alheio a esse processo, obstaría o funcionamento espontâneo do mercado, em que os indivíduos, ao buscarem satisfazer seus interesses individuais, organizam a economia de forma eficiente (a "mão invisível"). No liberalismo "real", no entanto, o Estado *nunca* esteve ausente. No período neoliberal, o Estado esteve encarregado de garantir e manter um "bom ambiente de negócios", resguardando e garantindo os direitos de propriedade privada (na esfera física ou intelectual), o estado de direito e as instituições para o livre funcionamento do mercado e do comércio. Ele deveria garantir a qualidade e a integridade do dinheiro e estabelecer a estrutura legal para a "livre" negociação de obrigações contratuais entre indivíduos jurídicos no "livre" mercado¹. Paradoxalmente, o bom funcionamento do livre mercado deveria ser sustentado pela coerção, através de estruturas legais, policiais, militares, em geral sob o monopólio do Estado. A "liberdade" deveria ser, assim, preservada a todo custo, ainda que por meios violentos. Mas as intervenções do Estado no mercado, segundo essa argumentação, não deveriam passar disso, sendo mantidas (teoricamente) em uma base mínima, uma vez que o Estado não possuiria informação suficiente e atuaria de forma tendenciosa e influenciado por grupos de interesse. Esse pensamento traduziu-se, na prática, entre outras coisas, na privatização massiva de ativos estatais e a mercantilização das esferas antes mantidas fora do mercado (água, terra, educação, saúde, pensões, passando, hoje, para o comércio de emissão de gás carbônico, árvores e biomas), com ação direta do Estado na criação desses novos mercados².

As contradições geradas pelo neoliberalismo no seio das sociedades latino-americanas (e outras) levou a convulsões sociais e políticas (cujo exemplo mais emblemático foi a crise argentina de 2001-2), resultando, na década de 2000, em eleições democráticas de sucessivos governos que indicavam um rompimento com o modelo anterior e a adoção de um novo paradigma. Com a eleição de Lula no Brasil, e de outros governantes de viés "progressista" (com claras diferenciações entre eles) na América do Sul, observa-se um deslocamento do ideário neoliberal para um ideário desenvolvimentista. O Estado, antes "fora" do mercado, agora passa a ser um *indutor* no mercado. Estado e mercado passam, assim, a ter interesses e ações convergentes e

¹ HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 2

² Ibid., p. 3; 64-5

complementares, para levar a cabo um projeto de desenvolvimento capitalista, baseado em infraestrutura, energia e exportação de commodities. Conforme já exposto, a expansão de empresas brasileiras num contexto de competitividade global é representada como um sinal de "novo estágio de desenvolvimento" do Brasil como um todo.

O paradigma novo-desenvolvimentista celebrou a "volta" do Estado na economia. Um *Estado forte*, com aparelhos e instituições sólidas, teria capacidade de regular a concorrência, as finanças, a economia em geral, criando, desse modo, um *mercado forte*, no qual o setor financeiro, por exemplo, seja voltado ao financiamento e não à especulação³. Diferentemente do chamado "velho" desenvolvimentismo, o Estado agora não deveria focar-se em políticas protecionistas, déficit de poupança e em funções produtivas e industriais. Ele deve preocupar-se em manter a concorrência entre empresas competitivas (estatais e privadas), com capacidade de exportação de produtos de alto valor agregado, estabelecer critérios para o controle do movimento de capitais e ser um indutor de investimentos - e não necessariamente um produtor direto - dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento⁴.

Segundo Bresser-Pereira, no novo-desenvolvimentismo, o Estado deve guardar poupança para criar demanda efetiva quando necessário, mas, por via de regra, o "*setor privado nacional* tem recursos e capacidade empresarial para realizar boa parte dos investimentos necessários"⁵. Sicsú et. al. afirmam a necessidade de consolidar um "núcleo endógeno" empresarial para o desenvolvimento, "com grupos empresariais capazes de participar em condições de igualdade no pesado jogo de competição de comércio e investimento internacional". Sustenta-se, assim, que deve haver um "capitalismo forte" com um "*empresariado nacional forte*"⁶.

De acordo com esses autores, a estratégia nacional-desenvolvimentista apoia-se no nacionalismo, significando que políticas econômicas e instituições devem ser formuladas tendo como critério o "interesse nacional". Este pressupõe certa coesão

³ SICSU, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que um novo desenvolvimentismo? *CORECON-RJ, Jornal dos Economistas* nr. 186, Janeiro de 2005

⁴ BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, jul./set. 2006

⁵ Ibid., p. 16, grifo nosso

⁶ SICSU; DE PAULA; MICHEL, op.cit., grifo nosso

social e nacional frente ao "outro" internacional, em outras palavras, uma "razoável união de todos quando se trata de competir internacionalmente"⁷. Enquanto no paradigma neoliberal as estruturas do Estado eram transformadas de modo que atores transnacionais pudessem transitar e operar num mercado aberto sem vantagens exclusivas para atores com base nacional, no novo-desenvolvimentismo, o nacionalismo implica "defender o *capital e o trabalho do seu país* no mundo em que empresas competem por novos mercados e em que capitais financeiros buscam, além de suas fronteiras, aumentar sua rentabilidade exigindo menores riscos"⁸. Observamos aqui que a contradição capital-trabalho é superada (no nível ideacional) *dentro* do capitalismo. Capital e trabalho caminhariam juntos na defesa do nacional frente à "ameaça externa", sendo, nesse caso, a vulnerabilidade econômica frente ao mercado internacional. O pensamento novo-desenvolvimentista permeou os anos do governo Lula que, segundo Delfim Neto, "mudou o país de forma a salvar o capitalismo"⁹.

5.1 A relação capital-Estado e sua internacionalização

A natureza do Estado na sua relação com a economia é um complexo tema de debate na teoria política. Alguns oferecem interpretações mais elaboradas sobre a relação entre capital e Estado, entre público e privado, política e economia, que nos parecem mais adequadas e sofisticadas para compreensão dessa problemática. Nicos Poulantzas¹⁰, por exemplo, elaborou uma profunda reflexão sobre a relação entre o Estado e as classes sociais, desenvolvendo uma teoria não do Estado em abstrato, mas do Estado capitalista. Poulantzas argumenta contra uma visão "instrumentalista" do Estado, como se houvesse uma "utilização do Estado por uma classe": o Estado como instrumento do mercado ou, conforme apontamos no capítulo 3, um Estado "capturado" pelos agentes econômicos. Para Poulantzas, há uma *natureza* de classe no

⁷ BRESSER-PEREIRA, op.cit., p. 13

⁸ SICSU et. al., loc. cit., grifo meu

⁹ NETTO, Delfim. "O Lula mudou o país de forma a salvar o capitalismo". *O Globo*, 20 de setembro de 2009, entrevista. Ao ser questionado sobre seu papel de conselheiro do presidente Lula, Delfim responde: "Basta olhar os meus trabalhos desde 1954, quando saí da escola: não mudaram muito. Mas a esquerda mudou. Ela demora, mas aprende."

¹⁰ POULANTZAS, Nicos. *State, power, socialism*. London, New York: Verso, 2000.

Estado capitalista¹¹, cuja principal característica é a separação peculiar entre o espaço do político e o espaço da economia no modo de produção, o que Wood caracterizou como "a principal mistificação da ideologia burguesa"¹². No capitalismo, a autonomia específica do espaço político é exatamente a forma de presença da dimensão política na constituição e reprodução das relações de produção, uma vez que essas relações, as formas de controle, a alocação do trabalho, a distribuição de recursos, etc., são deslocados para a esfera "privada", obscurecendo a face política da economia e se tornando um eficiente mecanismo de defesa para o capital¹³.

Para Poulantzas, o Estado exibe uma estrutura material peculiar - a "materialidade institucional do Estado" - composta por aparatos e instituições jurídicas, políticas e ideológicas. Nelas está inscrita a dominação política de classe, que sempre se transforma de acordo com as lutas sociais. Poulantzas dá centralidade ontológica à totalidade das lutas sociais (econômicas, políticas e ideológicas, e que englobam as questões de gênero, raças, ideologias, atravessadas pelas lutas de classe), que se materializam, de forma condensada, nos aparatos jurídico, político e ideológico do Estado¹⁴.

A natureza do Estado capitalista não é, portanto, estática, ao contrário, é dinâmica. Ele não é monolítico, nem é redutível à relação entre membros de grupos que constituem seu aparato. É um campo estratégico de *relações*, um espaço de condensação material da relação entre forças sociais e frações de classes. A elaboração e implementação de políticas de Estado devem ser vistas, de acordo com Poulantzas, como resultado das contradições de classes inscritas na própria estrutura do Estado. Ele é, cada vez mais, "constituído-dividido" por contradições de classes¹⁵.

A análise de Poulantzas baseia-se no conceito gramsciano do Estado ampliado e no processo de construção da hegemonia. Uma das reflexões mais sofisticadas, e o principal argumento contra uma simples visão instrumentalista do Estado, é seu papel-chave como organizador dos diferentes interesses particulares das frações da

¹¹ Ibid., p. 12-3

¹² WOOD, Ellen Meinkins. **Democracy against capitalism**. Renewing historical materialism. Cambridge University Press, 1995

¹³ POULANTZAS, op.cit., p. 17; WOOD, op.cit., p. 20-1

¹⁴ POULANTZAS, p. 14; 38-45

¹⁵ Ibid., p. 132

classe dominante. O Estado capitalista representa e estrutura os interesses políticos de longo prazo, organizando uma unidade conflituosa entre os diferentes interesses particulares dentro do bloco no poder. Ele é capaz de unificar o bloco no poder na medida em que mantém uma *relativa* autonomia frente às várias frações de classe com seus interesses, de modo a conseguir avançar os interesses capitalistas *como um todo*. Essa autonomia é constitutiva do Estado capitalista, refletindo a separação entre a materialidade institucional do Estado e as relações de produção¹⁶.

O processo de "unificar-organizar" os interesses contraditórios do bloco no poder depende também do papel do Estado em relação às classes dominadas. Segundo Poulantzas, os aparatos do Estado unificam o bloco através da "permanente desorganização das classes dominadas, as polarizando frente ao bloco no poder, e circunscrevendo suas próprias organizações políticas"¹⁷. A *organização* dos interesses burgueses e a *desorganização* das camadas subalternas são funções concomitantes e interdependentes, que só podem ser realizadas, de forma eficiente, pelo Estado capitalista. Este adota medidas materiais de importância significativa para as massas populares. Compromissos materiais são indispensáveis para manter o consenso em torno dos interesses de longo prazo do bloco hegemônico. Baseado em Gramsci, Poulantzas afirma que o Estado age dentro de um "equilíbrio instável" de compromissos entre classes dominantes e dominadas. Ele é a condensação material de uma *relação*¹⁸. Numa leitura poulantziana do Brasil durante o governo Lula, poderíamos dizer que este exemplifica, com maior clareza do que governos anteriores, uma unidade conflituosa de interesses divergentes das diferentes frações da burguesia brasileira e setores da classe trabalhadora em um equilíbrio instável. As contradições se refletem (estão inscritas) nos diferentes aparelhos e instituições, por exemplo, os interesses contraditórios de frações de classe representadas no Ministério da Agricultura de um lado, e no Ministério do Desenvolvimento Agrário de outro; as contradições de interesses em grandes projetos energéticos e de infraestrutura impulsionados através da Casa Civil e Ministério de Minas e Energia (além da Petrobras, Eletrobras, Vale, etc.), de um lado, e o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, de outro; além disso, há os interesses das frações de classe ligados ao setor

¹⁶ Ibid., p. 127

¹⁷ Ibid., p. 140, tradução ASG

¹⁸ Ibid. p. 140-45

financeiro internacional, representados no Ministério da Fazenda e no Banco Central, que ocupa um alto posto na hierarquia das diferentes burocracias estatais. Nessa leitura, políticas sociais (por exemplo, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Prouni, entre outras) podem ser analisadas como medidas de compensação para as classes subordinadas (e, em alguma medida, uma concessão das classes dominantes), de forma a manter seu apoio para o projeto hegemônico como um todo, que se reflete nos altos números de aprovação popular do governo ao final de seu mandato, e na eleição de sua sucessora. Nessa leitura poulantziana, o governo Lula, mais do que o governo anterior, logrou manter a legitimidade do bloco no poder, absorvendo certas demandas das classes subordinadas de modo a legitimar a estratégia de desenvolvimento capitalista em curso no Brasil¹⁹.

Quais são as funções econômicas do Estado, e como o espaço do "político" está articulado com o espaço do "econômico" para a reprodução do capital? Para Poulantzas, no capitalismo monopolístico, as funções econômicas ocupam um espaço dominante dentro do Estado, de modo que suas operações, organizadas em relação ao seu papel econômico, estão diretamente relacionadas com o ritmo de acumulação e reprodução do capital, em dada conjuntura histórica. Essas funções econômicas estão também inseridas na materialidade do Estado, e estão relacionadas às especializações e relativo poder correspondente a cada aparelho. Contradições podem emergir dentro do Estado, em ocasiões em que suas funções econômicas colidirem com a função de manter a ordem e organizar o consenso²⁰.

Poulantzas afirma que as intervenções do Estado na economia devem ser compreendidas em relação à tendência da queda da taxa de lucro, no sentido da introdução de contra tendências. Estas dizem respeito essencialmente à reprodução expandida da força de trabalho, por exemplo, educação, capacitação, treinamento, moradia, saúde, transporte, mas também a pesquisa científica e inovações tecnológicas, que, por sua vez, visam a aumentar a produtividade, resultando no aumento da taxa de exploração. O Estado torna-se, de acordo com Poulantzas, um

¹⁹ Essa leitura não pode ser aprofundada no escopo desse trabalho. Apontamos, contudo, que há análises gramscianas e poulantzianas muito mais aprofundadas e refinadas da relação de classes e seu aparelhamento no Estado brasileiro, como as de Sonia Regina de Mendonça, Armando Boito Jr., entre vários outros.

²⁰ Ibid., p. 168-70

promotor direto da centralização e concentração do capital, reorganizando as relações de produção através da reorganização do processo de trabalho²¹. Observamos, hoje, que o "espaço do político", correspondente às ações do Estado, está cada vez mais infiltrado pelo "espaço do econômico", criando novas formas de geração de lucro para as empresas e o setor privado. Capacitação, treinamento, fomento à pesquisa e inovação, além de ações sociais, levadas a cabo por empresas privadas em parceria com o Estado, retornam ao processo produtivo em um movimento circular, gerando mais produtividade. Além de ajudar na reprodução da força de trabalho e contrarrestar a tendência da queda da taxa de lucro, criam-se oportunidades de marketing e propaganda, legitimação junto às comunidades, benefícios fiscais, entre outros, cujos resultados beneficiarão as próprias empresas.

Robert W. Cox segue uma linha próxima a Poulantzas. Escrevendo dez anos depois, Cox pode analisar os processos resultantes da crise da década de 1970 sobre os Estados na sua relação com o mercado mundial. Ao contrapor-se à concepção neorrealista sobre as relações “inter-nacionais” (que considera o Estado como ator unitário, coeso, cujo poder refletiria suas capacidades materiais e bélicas, sendo constrangido pelo sistema de forma mecânica), Cox propõe uma metodologia dialética e histórico-materialista, tendo o complexo Estado-sociedade civil como unidade de análise do internacional, que se transforma de acordo com mudanças nas relações de produção ao longo da história²².

Seu ponto de partida é o processo de produção com suas relações sociais, que estão relacionadas com o Estado de forma dinâmica²³. As diferentes formas de

²¹ Ibid., p. 173-6

²² COX, Robert W. Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory. IN: LINKLATER, A. (Ed.). **International Relations: critical concepts in political science**. v. IV. Londres: Routledge, 2000 (1981). Conforme expusemos no capítulo 1, Cox trabalha com a noção de estruturas históricas compostas por instituições, ideias e capacidades materiais, que se transformam de acordo com as diferentes conjunturas históricas. Essas estruturas, por sua vez, determinam formas específicas de Estados, forças sociais e ordens mundiais, que estão inter-relacionados de forma dinâmica, não havendo a prevalência de um sobre outro.

²³ COX, Robert W. **Production, power and world order**. Social forces in the making of history. New York: Colombia University Press, 1987, p. 4. Cox cita doze modos de relações sociais de produção, que podem ser identificados no final do século XX: relações de subsistência, camponês-dono da terra, mercado de trabalho primitivo, trabalho doméstico, trabalho autônomo, mercado de trabalho empresarial, bipartismo, corporativismo empresarial, tripartismo, corporativismo estatal, produção comunal e planificação central. Segundo Cox, essas categorias não seriam "sacrossantas", mas cobririam boa parte do mundo do trabalho (ibid., p. 32). Cox havia passado muitos anos trabalhando na Organização Mundial do Trabalho, antes de ingressar na carreira acadêmica, o que, certamente, o

produção (e as relações sociais por elas geradas) tornam-se as bases para o poder do Estado e para a ordem mundial. A produção ocorre através de relações de poder, que podem se transformar em novos recursos de poder, provendo a base material para o Estado (poder financeiro, militar, ideológico, administrativo, etc.). Ao mesmo tempo, as estruturas de produção foram criadas, estimuladas e sustentadas sempre pelo Estado²⁴. O Estado fornece a estrutura legal-institucional para as práticas econômicas da classe dominante, criando as bases para as relações sociais de produção, que condicionam seu desenvolvimento²⁵. Podemos considerar, assim, que há uma "co-constituição" entre o Estado e as relações sociais de produção.

Cox trabalha com "formas de Estados", que são produto de duas configurações de forças: a configuração de classes sociais no bloco histórico e a permissividade da ordem mundial²⁶. Formas de Estado interagem, pois, com forças sociais de produção e ordens mundiais. Se, de um lado, a relação interna entre Estado e produção é formada pela configuração de forças sociais que compõem um bloco histórico, por outro, o Estado e as relações sociais de produção são constrangidos pelas pressões da ordem mundial, expressas na forma militar e financeira, e nas ligações entre as burguesias internas e externas. Assim, os Estados desempenham um papel intermediário, mas autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e suas configurações locais e nacionais. Segundo Cox, o surgimento de novas formas de Estado e as mudanças na ordem mundial estão associadas e se reforçam mutuamente²⁷.

No período da "pax americana" no mundo capitalista do pós-guerra, o setor financeiro internacional tornou-se o principal regulador da organização política e produtiva de uma economia hegemônica, dando início a um novo padrão de relação entre Estados, produção e ordem mundial. Nesse período, Cox diferencia entre duas formas de Estado ("tipos ideais" no mundo capitalista do período bipolar da guerra fria): o "Estado neoliberal", no qual inserem os Estados europeus, como França e Itália, que tinham uma economia aberta com um sistema de bem-estar, e o "Estado

influenciou nessa formulação.

²⁴ Ibid., p. 5.

²⁵ Ibid., p. 148-9

²⁶ Por exemplo, o Estado liberal emergiu numa ordem mundial liberal moderna no final do século XIX, o Estado de bem-estar nacionalista e o Estado fascista corporativista emergiram na era de imperialismos rivais no início do século XX. Ver Ibid., cap. 5 e 6

²⁷ Ibid., p. 107-8.

neo-mercantilista desenvolvimentista", em que figurariam alguns países de industrialização tardia do chamado "terceiro mundo". O "Estado neoliberal" se caracterizou pela participação em uma economia de mercado aberta, ajustando e adaptando sua economia interna de modo a facilitar o crescimento da economia mundial. Ele próprio se torna um ator econômico, atuando diretamente no processo de acumulação e, também, como mediador entre mercado global e grupos domésticos. Além disso, essa forma de Estado, em um primeiro momento, procurou proteger grupos vulneráveis das pressões de mercado. A estrutura de sua economia é segmentada e o "Estado neoliberal mediava entre grandes grupos oligopolistas do mercado mundial, que ditam as prioridades políticas, e pequenos grupos domésticos, que coexistem em competição com aqueles"²⁸. Nesses países, desenvolveu-se a prática de um "corporativismo informal", que consistiu, de um lado, na relação próxima entre agências centrais de governo e diretorias de grandes corporações, e, de outro, nas relações corporativas entre essas diretorias e trabalhadores estabelecidos. Essa estrutura de dois níveis corresponde ao que Cox chamou de *internacionalização* do "Estado neoliberal": um processo de reestruturação das hierarquias internas, relacionado à sua função de ajustar a economia nacional às demandas do mercado mundial, de forma a dar maior peso às agências ligadas a ele (como ministérios da fazenda, comércio exterior, tesouro nacional, agências de privatização, etc.), enquanto que outras, ligadas ao trabalho e sua reprodução (trabalho, habitação, saúde), tornavam-se subordinadas àquelas²⁹.

Países como a China, a Índia, e também o Brasil, resguardam alguns traços da forma de Estado "neo-mercantilista desenvolvimentista". Esta se caracterizou pelo controle dos instrumentos necessários para moldar a economia (mercantilismo) e pelo uso de determinados instrumentos para o crescimento e mudanças estruturais (desenvolvimentista)³⁰. Objetivos neo-mercantilistas incluíram, em certos momentos, o controle da entrada de capital estrangeiro na extração de recursos e a nacionalização de setores estratégicos. Ao mesmo tempo, esses Estados buscaram aumentar o poder de barganha frente aos capitais estrangeiros sem romper com a dependência econômica externa. Essa forma de Estado, na medida em que intervinha na economia,

²⁸ Ibid., p. 219-20

²⁹ Ibid., p. 228-9

³⁰ Ibid., p. 231

criava também vantagens ao capital estrangeiro. O "Estado neo-mercantilista desenvolvimentista" tem como uma de suas principais características o poder coercivo, e com ele, o exercício do controle sobre as organizações de trabalhadores (em muitos casos, incorporando-as ao Estado, criando instituições corporativas), e o uso de mecanismos e aparelhos de repressão para manter a "paz social" e a ordem política interna, protegendo o investimento estrangeiro e cumprindo com os serviços da dívida³¹. Assim, o sistema econômico permanecia ligado à acumulação capitalista no mercado mundial. A crescente penetração de capital estrangeiro trouxe novas estruturas de relação de produção e novas estruturas sociais. Forma-se, assim, uma nova estrutura de classe com base em uma potencial coalizão nacional, composta pela pequena burguesia, funcionários públicos, empregados de grandes corporações, grupos organizados de pequenos empresários e grupos de trabalhadores urbanos, entre outros. Esses grupos se beneficiam parcialmente do crescimento econômico induzido pelo capital estrangeiro³².

Desse modo, Cox destaca dois processos centrais do período da "pax americana": a internacionalização/fragmentação da produção e a internacionalização do Estado. A primeira significou a criação de uma economia mundial de produção, dentro de uma economia internacional de comércio já existente. A tecnologia e o conhecimento tornam-se fontes de poder, concentradas em poucas multinacionais e nos países centrais. Diferenças nos custos de trabalho são mantidas fragmentadas, aumentando as disparidades das condições de trabalho. Créditos de agências internacionais eram usados para direcionar a produção e exportação nos países em desenvolvimento³³. Já o processo de internacionalização do Estado inicia-se a partir da forma de Estado neoliberal, disseminando-se de maneira intensa a partir da crise da década de 1970. Essa internacionalização baseia-se em três elementos: a formação de um consenso com relação às "necessidades" e requerimentos da economia mundial; a participação hierarquicamente estruturada pelas classes dominantes nos EUA, Europa

³¹ Ibid., p. 232-3

³² Ibid., 234-6. Para Cox, a liderança populista marca a primeira fase do desenvolvimento neo-mercantilista, sendo substituída posteriormente por regimes militares-burocráticos, formando Estados autoritários de tipo "cesarista" (ibid., p. 236-7). Cox refere-se ao que Gramsci chamava de "cesarismo", podendo ser, em alguns casos, sem um líder específico ("cesarismo sem César") ou com autócratas, como Pinochet. Segundo o autor, existem tanto formas progressivas e transformadoras de cesarismo, quanto reacionárias e repressoras. Seu denominador comum seria a dependência externa de uma revolução passiva "*from above*" (ibid., p. 238).

³³ Ibid., p. 244-6

e Japão nessa formação do consenso internacional; o ajuste das estruturas internas dos Estados, de modo a melhor internalizar as pressões externas sobre economias nacionais. Nesse processo, a *accountability* se move de estruturas domésticas para a noção de "obrigações internacionais"³⁴.

Segundo Cox, o governo estadunidense e as agências internacionais vinculadas a ele buscavam manter o consenso através de barganhas com fragmentos da burocracia de outros Estados. No nível mais alto dos países ricos, a formação do consenso se dava na interação entre as agências centrais dos Estados e as instituições internacionais. Esse processo teria ocorrido na forma de uma "osmose ideológica" entre governos e agências, onde o consenso neoliberal era implantado sem haver necessidade de imposições legais³⁵. Já no chamado "terceiro mundo" (o autor escrevia no final da década de 1980), os elementos do consenso internacional eram impostos como condições de financiamento da dívida, conformando um regime rígido levado a cabo pelas instituições de Bretton Woods. As classes dominantes locais desempenharam um papel como "recrutas ideológicos" na internalização dessas normas. Políticas de desenvolvimento foram condicionadas pelas negociações de dívida e empréstimos das instituições internacionais, e foram conduzidas dentro de uma estrutura de complementação da produção para acumulação em nível mundial³⁶.

Cox observa que, do pós-guerra até a crise de 1970, o "Estado neoliberal" atuava como um "escudo amortecedor" de pressões do mercado internacional, acomodando-as junto às forças sociais internas; a partir de 1974, entretanto, com os desdobramentos da crise, o acirramento das contradições e aprofundamento das relações capitalistas, ele torna-se uma "corrente de transmissão" das demandas do mercado internacional, adaptando-as no plano doméstico. Nesse processo de internacionalização do Estado, notamos, porém, que a distinção entre o Estado neoliberal e o neo-mercantilista desenvolvimentista gradualmente se dilui. Ambas as formas de Estado tornam-se cada vez mais liberalizadas. Cox não analisa as diferentes maneiras em que os distintos tipos de Estado transformam-se nesse processo, resultando em novas formas ainda mais peculiares de Estado em relação ao capital. Van der Pijl aponta para a emergência de um Estado "hiperliberal" (modelo

³⁴ Ibid., p. 254

³⁵ Ibid., p. 261-2

³⁶ Ibid., p. 260-4

Thatcher/Reagan) de base filosófica em Locke no final do século XX³⁷. Arrighi, ao contrário, apontou a China como uma forma de "economia de mercado não capitalista", uma vez que, para esse autor, o Estado chinês não estava subordinado aos interesses da classe capitalista. Para ele, "pode-se acrescentar quantos capitalistas se queira à economia de mercado; se o Estado não estiver subordinado ao interesse de classe deste, a economia de mercado continua não capitalista"³⁸. Esses desenvolvimentos peculiares, por exemplo, não puderam ser capturados por Cox na década de 1980.

Observamos que, tanto para Poulantzas quanto para Cox, há uma importante distinção subjacente entre natureza do Estado, formas de Estado e função do Estado. Panitch³⁹ afirma que, enquanto o processo de internacionalização do Estado para Cox é determinado de “fora para dentro”, para Poulantzas, as transformações do Estado decorrem das formações contraditórias internas, i.e. conflitos entre frações da burguesia e demandas de trabalhadores. O autor critica a análise de Cox sobre as mudanças de hierarquia no aparato estatal (maior poder das burocracias ligadas às finanças e ao comércio internacional, subordinando outras ligadas aos setores sociais), de modo a melhor atender às pressões do mercado internacional. Segundo Panitch, não há uma simples mudança de hierarquia, mas uma transformação na essência das próprias agências ligadas ao trabalho e aos serviços sociais, reestruturando-as à lógica de acumulação do capital (por exemplo, a privatização e financeirização dos planos de pensão)⁴⁰.

Seguindo o amplo legado deixado por Poulantzas, Panitch/Gindin buscaram avançar a teorização sobre o Estado capitalista para a compreensão da globalização e do imperialismo nos dias atuais, apresentando três dimensões⁴¹. A primeira diz respeito à relação com o processo produtivo. A separação do político e do econômico no capitalismo possibilitou, como já mencionamos, que o Estado fosse distanciado da

³⁷ VAN DER PILJ, Keen. Transnational class formation and state forms. In: GILL; MITTELMAN (ed.): **Innovation and transformation in international studies**. Cambridge University Press, 1997, p. 122

³⁸ ARRIGHI 2008, p. 338

³⁹ PANITCH, Leo. Globalization and the state. *Socialist Register* 1994, p. 69. Disponível em <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5637>

⁴⁰ Ibid., p. 72

⁴¹ PANITCH, L; GINDIN, S. Superintending global capital. *New Left Review* 35, September-October 2005

organização da produção, investimento e apropriação da mais-valia. Por outro lado, ele manteve sua função judicial, regulatória e de infraestrutura (de modo que o processo produtivo possa ocorrer), além de policiar as relações capital-trabalho, administrar a macroeconomia e agir como prestador de última instância. De acordo com os autores, o papel do Estado capitalista não é meramente reativo: ele desenvolveu mecanismos sofisticados de promoção e orquestração da acumulação capitalista. Segundo os autores, a autonomia relativa do Estado significa ter capacidade de agir em nome do sistema como um todo, ao passo que sua dependência da acumulação para sua própria legitimação e reprodução deixa essa mesma capacidade limitada⁴². Buscamos demonstrar isso na forma exemplar na qual os empréstimos públicos por meio do BNDES, e seu braço financeiro e de participação nos conselhos administrativos das empresas, o BNDESPar, funcionam como um mecanismo sofisticado do Estado para a promoção e orquestração da acumulação. O Banco, ao passo que é autônomo frente a um ou outro setor econômico, agindo estrategicamente na economia como um todo, é dependente da acumulação do capital para sua legitimação e reprodução, especialmente quando participa diretamente desse processo.

A segunda dimensão é, para Panitch/Gindin, a forma de dominação política. A separação entre Estado e sociedade no capitalismo envolve um distanciamento constitucional da dominação política de uma estrutura de classe. O estabelecimento do estado de direito como estrutura política liberal para os detentores de propriedade, bem como o estabelecimento (ou imposição, por meio de intervenções militares) da democracia liberal como forma-modelo para Estados capitalistas no pós-guerra, são alguns aspectos e exemplos disso. Por fim, a terceira dimensão diz respeito à forma nacional e territorial do Estado capitalista, com o aprofundamento das ligações econômicas em um território particular. O imperialismo capitalista significou a extensão espacial da lei do valor e das relações capitalistas, em um processo em que o Estado territorial e sua forma democrático-liberal foram universalizados e inscritos nas instituições internacionais e no direito internacional em meados do século XX. Porém, esse processo teve lugar sob a forma de um imperialismo informal, no qual

⁴² Ibid., p. 1-2

Estados particulares tomaram para si a responsabilidade de criar condições políticas e jurídicas para a extensão e reprodução geral do capitalismo no plano internacional⁴³.

Jessop também oferece uma das análises mais lúcidas e sofisticadas sobre a internacionalização do Estado⁴⁴. Através do método dialético, o autor averigua três tendências e contra tendências geradas pelo processo de globalização. A primeira refere-se à chamada "desnacionalização da condição estatal do Estado". Segundo Jessop, com o crescente processo de globalização, o poder do Estado se move "para cima, para baixo e para os lados", implicando o deslocamento de autoridade para o nível supranacional (seja pela crescente tendência a regionalização, ou pelo exercício de poder e autoridade das instituições financeiras multilaterais sobre as economias nacionais) e para o nível subnacional (descentralização das tomadas de decisão e a "devolução" de autoridade a níveis subordinados de organização territorial)⁴⁵. A contra-tendência a esse processo são as tentativas do Estado nacional de manter o controle sobre as diferentes escalas espaciais. Essas, incluídas também no processo produtivo (territorial, telemático, urbano, etc.) geram uma complexa hierarquia entrelaçada. Entretanto, na ausência de um poder supranacional equivalente ao do Estado, este tende a reafirmar seu poder através do direcionamento das relações entre as diferentes escalas de organização política e econômica⁴⁶.

Uma segunda tendência é a de "desestatização do sistema político", ou seja, a criação de uma governança múltipla. Isso significou um relativo deslocamento de "governo" para "governança" em uma rede de atores e agentes governamentais, não-governamentais, empresariais, "para-governamentais", em que o aparelho do Estado é apenas o primeiro entre os pares. Apesar de conservar a responsabilidade pela supervisão e sua função de manter a coesão social, o poder do Estado irá depender da capacidade de projetar sua influência e assegurar seus objetivos através da mobilização de conhecimento e recursos de parceiros não-governamentais e agentes financeiros⁴⁷. A contra-tendência é, assim, a manutenção do governo na "operação da

⁴³ Ibid., p. 2-3. Discorremos sobre o "Império informal americano" mais adiante.

⁴⁴ JESSOP, Bob. A globalização e o Estado nacional. *Crítica Marxista*, v. 1, n° 7, p. 9-45, 1998. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica7_02.pdf. Para uma atualização desse artigo, ver JESSOP, Bob. **State power**. Cambridge: Polity Press, 2008.

⁴⁵ Ibid., p. 33-4

⁴⁶ Ibid., p. 37

⁴⁷ Ibid., p. 34-5

governança". Ele se envolve cada vez mais na "organização da auto-organização" de parcerias, redes e regimes de governança, desempenhando uma série de funções (como promoção e garantia de regras, arbitragem, etc.), além do próprio financiamento público a essas estruturas. Em caso de falha, os governos assumem responsabilidade política pela deficiência da governança⁴⁸. Observamos que essa contra-tendência é reforçada em casos de crise, como a atual crise financeira, quando o Estado americano foi responsabilizado tanto pelo frágil monitoramento e regulamento do setor financeiro, quanto pela própria reconstrução econômica de agentes que, posteriormente, voltaram ao "autogoverno" dos mercados.

Por fim, com a globalização, houve a tendência à "complexa internacionalização dos regimes de formulação política", implicando a inclusão de agentes e instituições estrangeiras como "fatores de projeção, no equacionamento e na implementação da tomada de decisões" no nível doméstico. Essa tendência se reflete de forma direta na elaboração das políticas econômicas e sociais sob o imperativo da "competitividade internacional"⁴⁹. Em reação, os Estados vêm lutando para moldar os regimes de acordo com os interesses de suas burguesias internas. A ambiguidade desse processo está no imperativo de "interiorização dos constrangimentos internacionais" aos paradigmas de política doméstica, que se estendem para além do nível nacional, atingindo o nível local e o regional, além das "cidades globais", em um fenômeno conhecido como "*glocalização*"⁵⁰.

Enfim, as análises apresentadas nessa seção reforçam, em diferentes graus, o ponto fundamental de Gramsci sobre o papel do Estado na formação da hegemonia da classe ou bloco dominante: a universalização do particular. Contesta-se, desse modo, a noção de uma suposta coesão entre forças sociais conflitantes em nome de um "interesse nacional" diante das pressões do mercado internacional e da crescente competição na era da globalização. Contesta-se ainda a noção de um mercado "avesso" ao Estado, que perderia sua importância frente à diversidade de outros atores (empresariais, não-governamentais) que, gradualmente, assumem funções públicas na sociedade. Conforme expõe Jessop, o poder do Estado nacional diante da crescente

⁴⁸ Ibid., p. 38

⁴⁹ Ibid., p. 35-6

⁵⁰ Ibid., p. 38-9

internacionalização dependerá sempre da coesão do bloco no poder⁵¹. Frente às transformações ocasionadas em função do neoliberalismo, o papel do Estado de organizar os interesses das diferentes frações da classe dominante (interna e externa), e de cooptar parcelas das classes dominadas, é cada vez mais fundamental para garantir a acumulação e a reprodução do capital.

Notamos que todas as análises baseiam-se essencialmente nas experiências e nos históricos dos países ocidentais capitalistas. Por mais abrangentes e inspiradoras, elas falham em não considerar formações sociais não ocidentais, ou mesmo especificidades no conjunto de países liberais capitalistas, com diferentes matrizes culturais. O caso do Brasil, entretanto, consideramos que se insere, em boa medida, nas análises aqui apresentadas. De um Estado capitalista de viés neoliberal passou-se para a construção de um Estado capitalista de viés desenvolvimentista. No processo de internacionalização em curso, ambos se fundem cada vez mais: tanto a construção discursiva do "fim" do papel do Estado mostrar-se insustentável, quanto a construção discursiva do "nacional" entra em contradição com a dinâmica de acumulação do capital na formação de conglomerados nacionais, cujo efeito concreto tem sido o fortalecimento do capital transnacional no plano doméstico e sua re-internacionalização via expansão internacional dessas mesmas empresas.

Esse debate nos demanda uma breve menção à questão das classes sociais. Argumenta-se que a internacionalização do Estado tem o efeito de gerar uma "classe transnacional capitalista"⁵². Esta seria um conjunto de atores envolvidos na produção, marketing e finanças globalizadas, que compõem (juntamente com intelectuais orgânicos, quadros burocratas e técnicos ligados a instituições multilaterais) um "bloco globalista" que não se vincula especificamente a nenhum Estado. Segundo Robinson, capitalistas transnacionais integram-se horizontalmente e se movem transversalmente, penetrando em inúmeros aparatos estatais e transnacionais (não somente os aparatos dos seus Estados de origem) para sustentar sua dominação, formando as estruturas do que ele chama de "Estado transnacional"⁵³. A globalização seria, assim, não um projeto de algum Estado, mas um projeto de classe, que busca

⁵¹ Ibid., p. 42-3

⁵² ROBINSON, W. Gramsci and globalization: from nation-state to transnational hegemony. In: BIELER/MORTON (ed.). **Images of Gramsci**. London, New York: Routledge/RIPE, 2006.

⁵³ Ibid., p. 175

utilizar a infraestrutura política existente no sistema de Estados. Nesse processo, os Estados seriam "capturados" por grupos dominantes de orientação transnacional, que os usam para integrar seus países em estruturas capitalistas globais emergentes⁵⁴.

Robinson afirma que o dinamismo do leste asiático é inseparável da massiva entrada de capital transnacional. O fluxo de investimentos de empresas transnacionais mostra que os blocos regionais (UE, bloco asiático, etc.) estão mutuamente interpenetrados e integrados na cadeia produtiva. Elites locais na Ásia, por exemplo, não buscaram um circuito regional de acumulação em rivalidade com outros circuitos, mas uma completa integração aos circuitos globais⁵⁵. Isso impediria que as relações políticas entre Estados fossem encaixadas em uma estrutura geopolítica antiga, como se estivessem em competição simples pela hegemonia global. Para Robinson, não se poder falar de hegemonia de um Estado. A hegemonia é sempre exercida por grupos sociais⁵⁶.

Robinson capta uma conjuntura importante, que é o grau de mobilidade do capital transnacional (especialmente o financeiro, como os fundos de investimento), que incide diretamente sobre os processos produtivos internacionalizados, aumentando, de forma significativa, o grau de interpenetração e entrelaçamento entre eles. Isso fez com que os países chamados BRICS, em especial a China, crescessem e passassem por um amplo processo de modernização, impulsionado pela entrada do capital transnacional. O autor confunde, entretanto, momentos conjunturais com uma análise estrutural. Como já discutimos acima, o capital transnacional dificilmente poderia operar fluidamente, sem a infraestrutura e a garantia dos Estados receptores e dos Estados de origem. Demonstramos isto, de forma empírica, no caso do Brasil. Robinson ignora o momento histórico no qual a expansão do capital se dava sob dominação do capital americano, sendo o Estado americano, com sua estratégia de poder global, fundamental nesse processo. Apesar de reconhecer que pode haver conflitos entre os distintos grupos do "bloco globalista", esses conflitos seriam solucionados dentro de canais estabelecidos e pré-existentes⁵⁷. A classe capitalista transnacional parece ser, assim, "invencível". Robinson ignora que a dominação dessa

⁵⁴ Ibid., p. 167-9

⁵⁵ Ibid., p. 173

⁵⁶ Ibid., p. 170

⁵⁷ Ibid., p. 173

classe transnacional não é homogênea. Ela assume formas e tem efeitos diferenciados de acordo com territórios, Estados e formações sociais. Ela não é "democrática", no sentido de envolver as classes dominantes dos países mais pobres no mundo, sendo, de fato, um espaço de poucos. Suas tomadas de decisão partem de territórios específicos, lócus do poder mundial.

Por fim, Robinson não considera que contradições internas podem levar à derrota de seus próprios projetos de dominação⁵⁸. Como nos lembra Wood, o capitalismo global é repleto de contradições e paradoxos inerentes, que são insolúveis dentro do mesmo sistema. Ao mesmo tempo em que o capital precisa manter baixos os custos dos salários (aumentando o número de horas e a eficiência do trabalho), ele precisa, também, que a sociedade, incluindo esses próprios trabalhadores, consuma cada vez mais; ao mesmo tempo em que precisa de um mercado livre, sem barreiras e sem intervenção do Estado, precisa, também, que o Estado pavimente e estruture o ambiente político e jurídico para que o mercado possa ser "livre"; ao mesmo tempo em que o capital precisa de mercados integrados, opera, sobre a fragmentação social, erguendo barreiras e controles migratórios para uns, e cidadania global para outros; e, ao mesmo tempo em que o capital precisa da ordem social mantida pelo Estado, através de pequenas concessões às demandas sociais dos trabalhadores, exerce pressão para dismantelar as estruturas de bem-estar social e bens públicos previamente existentes⁵⁹. Para Wood, quanto mais globalizado está o mercado, mais ele precisa de um sistema de múltiplos Estados soberanos, que garantam a propriedade privada, a previsibilidade de regras e contratos e as condições de crédito. Nesse sistema de múltiplas soberanias, importa quem governa e onde. "Estados-falidos", "eixo do mal" e outras conotações, representam ameaças ao sistema como um todo⁶⁰.

Sobre a questão de classe, pensamos que o conceito de "burguesia interna" de Poulantzas pode ser útil para compreender essa dinâmica entre Estado e capital.

⁵⁸ Para citar alguns exemplos, a dificuldade de conclusão das rodadas de negociações comerciais no âmbito da OMC, as dificuldades de encontrar soluções comuns para a crise econômica mundial no âmbito do G20 e mesmo no próprio seio da União Europeia, ou a derrota do projeto da ALCA nas Américas.

⁵⁹ WOOD, Ellen M. *Globalization and the state: where is the power of capital?* In: SAAD-FILHO (ed.): **Anti-capitalism**, a marxist introduction. London: Pluto, 2003

⁶⁰ WOOD, Ellen M. **Empire of Capital**. 2nd. ed., New York: Verso, 2005

Partindo da experiência da Europa, reconstruída através da massiva entrada de capital estadunidense, o autor afirma que a "burguesia interna" está ligada, por múltiplos elos de dependência, aos processos de divisão internacional do trabalho e concentração do capital sob dominação do capital americano, ao passo que possui um fundamento econômico e uma base para acumulação próprios no interior do seu país ou região. Desse modo, essa burguesia coexiste com setores e frações da "burguesia nacional" (mais propriamente doméstica e com vínculos locais e nacionais) e com a "burguesia compradora" (que não tem base nacional, age como "intermediária" do capital imperialista estrangeiro)⁶¹.

No caso brasileiro, Florestan Fernandes captou as diferentes tensões e dilemas dessa burguesia interna, superando a noção de uma burguesia frágil e puramente dependente do capital externo⁶². Segundo o autor, a dominação burguesa, na forma específica das economias dependentes, apresenta algumas diferenças fundamentais com relação às burguesias nos países centrais. Em primeiro lugar, há uma forte dissociação entre capitalismo e democracia: na periferia, a revolução burguesa combina capitalismo e autoritarismo⁶³. Essa burguesia surge articulada socialmente com bases nacionais (dado que passou pelo processo de descolonização), e tem que ser forte o suficiente para vincular-se e se associar à burguesia externa. Segundo Florestan, quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as potências centrais necessitam "parceiros sólidos" na periferia dependente, uma burguesia forte e capaz de saturar todas as funções políticas auto defensivas e repressivas da dominação burguesa⁶⁴. Com isso, a burguesia interna no "capitalismo possível"⁶⁵ detém, no caso do Brasil, um forte poder econômico e político com base nacional, além de possuir controle sobre os aparelhos do Estado e contar com apoio externo para modernizar as formas de socialização, cooptação, opressão e repressão, inerentes à dominação burguesa⁶⁶.

⁶¹ POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 76-7

⁶² FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: editora Globo, 2005

⁶³ Ibid., p. 339-40

⁶⁴ Ibid., p. 341-2

⁶⁵ Ibid., p. 343

⁶⁶ Ibid., p. 355

Florestan salienta que a relativa superação ou controle do "atraso econômico" não implica necessariamente a supressão da dependência. Ele só modifica as condições em que a dependência se manifesta, fazendo com que a dominação burguesa tenha que se ajustar a um tipo de transformação capitalista, cujo elemento central é a "dupla articulação" entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa⁶⁷. Essa dupla articulação gera tensão moral, psicológica e política no seio da burguesia: ela não pode deixar de ser pró-imperialista, ao mesmo tempo em que necessita desempenhar o papel de desenvolver as forças produtivas internas para seguir a dominação capitalista. A industrialização intensa e a modernização, induzidas de fora para dentro, tinham que ser constantemente controladas, e não poderiam se desdobrar em uma revolução nacional⁶⁸. Isso significava que o desenvolvimento e a revolução teriam que ocorrer "dentro da ordem"⁶⁹. O Estado converte-se, então, no núcleo de poder de decisão e atuação da burguesia. A centralidade do Estado no desenvolvimento do capitalismo explica a aproximação dos setores burgueses com os militares. O liberalismo e o desenvolvimentismo tornam-se totalitários⁷⁰.

O autor acrescenta um elemento importante à noção de "internacionalização do Estado", característico da burguesia interna na periferia: o deslocamento de ideais e lealdades para causas abstratas e supranacionais. Ideias e valores não ocorrem para melhorar a identificação das classes burguesas com os dilemas sociais das massas; ao contrário, a internacionalização das relações de mercado e da produção, com a correspondente internacionalização das superestruturas do Estado, aumentam a alienação filosófica-política da burguesia perante os problemas nacionais e das massas, fortalecendo sua insensibilidade a estas, desde que não perturbem a ordem capitalista⁷¹. De acordo com Florestan, as transformações no capitalismo mundial levaram a um aprofundamento da dupla articulação, "entrelaçando ainda mais a acumulação capitalista do desenvolvimento desigual e o dinamismo das empresas multinacionais, das nações imperialistas e do capitalismo mundial". A burguesia

⁶⁷ Ibid., p. 349

⁶⁸ Ibid., p. 355-8

⁶⁹ Segundo Florestan, as revoluções burguesas, no Brasil, foram "revoluções dentro da ordem": a "revolução institucional" de 1964, "revolução liberal" de 1930, Estado Novo e os governos nacional-desenvolvimentistas de Vargas e JK. Ver *ibid.*, p. 350-1

⁷⁰ Ibid., p. 368

⁷¹ Ibid., p. 367

brasileira torna-se "madura", apta para seguir a industrialização intensa e completar o ciclo da revolução burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente⁷².

5.2 Hegemonia, imperialismo e o lugar do Brasil

As análises sobre a relação entre capital e Estado demonstram que não há uma simples utilização ou instrumentalização de um sobre o outro, nem uma separação rígida entre política e economia. A compreensão da fluidez entre as esferas políticas e econômicas é indispensável para entender os processos dinâmicos de hegemonia e imperialismo, e suas transformações ao longo da história do capitalismo.

Conforme vimos, a internacionalização do Estado e a internacionalização da produção formaram duas faces da construção da hegemonia estadunidense no período pós-guerra. O papel específico das empresas multinacionais na construção dessa hegemonia foi destacado, entre outros, por Gilpin⁷³. De acordo com o autor, os pilares da hegemonia dos EUA foram: a posição do dólar como moeda de troca internacional (gerando um enorme volume de dólares fora dos EUA, causando um déficit fiscal naquele país), a supremacia militar e nuclear, e a atuação das corporações multinacionais e os investimentos diretos em todo o mundo⁷⁴. Estes três elementos se complementam mutuamente, mas Gilpin enfatiza o papel das empresas multinacionais, que se tornam o principal instrumento da hegemonia global americana⁷⁵. As filiais das empresas instaladas em outros países exportam para outras empresas e para o país de origem, incrementando a balança comercial dos países destinatários, mas mantendo o controle empresarial sobre a produção internacional nos EUA, constituindo, assim, uma estrutura vertical de poder tecnológico, financeiro e político-empresarial. Através dos investimentos diretos foram construídas relações

⁷² Ibid., p. 370-1

⁷³ GILPIN, R. **U.S. Power and Multinational Corporations**. New York: Basic Books, 1975.

⁷⁴ Ibid., p. 140.

⁷⁵ Ibid., p. 138-9

políticas e econômicas interligadas, que permitiram a expansão das áreas de influência e controle dos EUA⁷⁶.

Para Gilpin, os interesses das corporações e o interesse nacional estadunidense se sobrepõem e complementam: a expansão mundial das corporações atende aos interesses geopolíticos americanos, além de serem elas território de controle e legislação dos EUA, ajudando também a atenuar o déficit fiscal do dólar. Ao mesmo tempo, a política externa americana apoia a expansão das empresas, com crédito, acordos comerciais e seu peso como poder hegemônico mundial⁷⁷. Os lucros obtidos pelas companhias no exterior ajudam o Estado americano a cobrir gastos pesados em operações diplomáticas e militares. Segundo o autor, a rentabilidade tecnológica e monopolística extraída pelas corporações estadunidenses em suas operações externas são essenciais para financiar a posição hegemônica global dos EUA⁷⁸.

Gilpin afirma que os EUA construíram sua hegemonia a partir da aliança formada com Europa e Japão, criando um "triângulo crucial de poder". No entanto, isso demandou concessões, como, por exemplo, a tolerância da concorrência econômica com esses países, em troca da aliança político-militar que garantia a posição de poder da potência⁷⁹. Ao longo do tempo, instrumentos diretos de transferência de capital, como o plano Marshall, acarretaram para os EUA um custo financeiro de sustentação de sua hegemonia, o que não havia ocorrido com a Inglaterra, em seu período auge. Ambos geraram um desequilíbrio potencial entre os compromissos políticos globais assumidos e os recursos econômicos necessários para sustentar esses compromissos. Gilpin fala a partir do centro de poder, os EUA, reafirmando o peso de ser um *hegemon*, que inclui fazer certas concessões, arcar com custos de manutenção de regimes, regras e instituições, e comandar saídas de crises.

⁷⁶ O capital estadunidense constituía 52% do total de investimentos externos diretos no mundo em 1971. Apesar dos IED europeus crescerem a partir dos anos 1970, os norte-americanos ainda eram três vezes maiores que os europeus em 1973. Eles passaram de indústrias predominantemente extrativas para manufatureiras no período de 1948 a 1970. A produção de algumas transnacionais estadunidenses nos anos 1960 e 1970 era maior do que a economia total de muitos países do chamado "terceiro mundo". Ver Ibid., introdução.

⁷⁷ Ibid., p. 146-7

⁷⁸ Ibid., p. 149

⁷⁹ Europa e Japão aceitaram o papel dos EUA como "banqueiro mundial" e apoiaram o papel do dólar como reserva em troca de ter sua segurança garantida pelos EUA. Assim, os EUA puderam manter seu déficit fiscal sem qualquer constrangimento, o que possibilitou sua expansão militar e de capital para fora. Ibid., p. 154-56

Temos, assim, que a expansão de empresas multinacionais como um projeto econômico e político é um importante determinante da construção de uma hegemonia no caso dos EUA. Cabe notar que a construção da hegemonia estadunidense por meio da expansão de suas empresas teve efeitos específicos nos países periféricos. Na América Latina, isso significou a busca pela industrialização e modernização por meio da implantação de filiais dessas empresas multinacionais (não só estadunidenses), de modo a substituir as importações. Dessa forma, "importava-se" não produtos, mas investimentos de capital estrangeiro, procurando internalizá-los e usufruir de sua tecnologia para impulsionar o desenvolvimento. Esse processo de industrialização é articulado pela burguesia interna de acordo com as demandas do mercado externo, no marco do capitalismo dependente, como nos mostrou Florestan Fernandes⁸⁰. Países periféricos intermediários (como o Brasil, mas também a China, Índia, etc.) absorveram a difusão de atividades industriais dos países centrais com capacidade política e econômica diferenciada, passando, eles mesmos, a constituir monopólios nacionais que hoje se expandem internacionalmente. O efeito dessa dinâmica, como mostramos ao longo deste trabalho, tem sido a ascensão econômica desses países, com o consequente aumento (ou ambições de aumento) do poder político.

Tendo sua ascensão impulsionada pelo capital transnacional, sob domínio do capital estadunidense, podem esses países hoje configurar um polo contra hegemônico, ou mesmo anti-imperialista? Ou a ascensão e expansão do capital com base nesses países reforçaria o próprio capital imperialista? Vejamos aqui a discussão entre Mandel e Poulantzas com relação à ascensão do capital europeu no pós-guerra. A reconstrução da Europa através da entrada de empresas e capital financeiro estadunidense desencadeou processos de fusão e centralização de capitais no plano regional. Mandel sustentou que o surgimento e desenvolvimento da comunidade europeia com a construção de estruturas políticas supranacionais no marco de uma integração regional deveria ser situado no contexto do processo de concentração e

⁸⁰ Os diferentes debates em torno da "teoria da dependência", que aqui não caberia aprofundar, demonstraram que a América Latina desempenhou papel-chave no avanço e consolidação do capitalismo como organização produtiva mundial desde seu início, reproduzindo no seu interior relações capitalistas associadas a modalidades arcaicas de exploração. Para uma análise crítica, ver BERNARDO, João. A viagem do Brasil da periferia ao centro: 1) Roteiro. 24 de abril de 2011, disponível em <http://passapalavra.info/?p=38691> (acesso janeiro de 2012)

centralização internacional do capitalismo tardio⁸¹. Quanto mais internacionalizado, concentrado e centralizado o capital no nível regional, maior a pressão para a construção de órgãos estatais supranacionais na Europa. Para o autor, as intervenções estatais tornavam-se, cada vez mais, uma condição para manter a ordem capitalista que, no capitalismo tardio na Europa, se regionalizava. Ao apoiar política, militar e economicamente a reconstrução da Europa ocidental, os EUA acabaram contribuindo para a relativa independência da Europa e, com isso, a criação de uma concorrência a eles próprios. A integração regional e as crescentes fusões de capitais europeus em nível nacional e regional são, segundo Mandel, uma reação ao desafio colocado pelo capital estadunidense, podendo gerar uma competição entre capitais europeus e estadunidenses no mundo⁸².

Essa interpretação foi contestada por Poulantzas, para quem a reestruturação interna do capital europeu correspondia à própria reprodução ampliada do capital americano. A concentração e centralização de capitais europeus não configuraria uma concorrência à penetração americana; ao contrário, era uma "fuga precipitada" que "só faz lançá-los frequentemente nos braços do capital americano"⁸³. Segundo Poulantzas, a reprodução induzida do capitalismo monopolista americano no seio de outras metrópoles significava, igualmente, a reprodução ampliada das condições políticas e ideológicas do desenvolvimento do imperialismo americano⁸⁴. Os Estados europeus e outros se encarregavam, eles mesmos, dos interesses do capital imperialista dominante no próprio seio de sua formação 'nacional'. Isso se dava de forma direta, como subvenções, isenções fiscais, etc., como é concedido ao seu capital autóctone, por vezes ajudando o capital americano a circundar o próprio Estado americano (legislação antitruste, por ex.); ou de forma indireta, através de uma política industrial desses países relacionada ao seu capital autóctone, visando à concentração e expansão internacional do capital americano⁸⁵. Alguns caracterizaram esse processo como um "império por convite"⁸⁶, uma vez que a massiva entrada de

⁸¹ MANDEL, Ernst. International capitalism and supra-nationality. *Socialist Register* 1967. Disponível em <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5368/2268>

⁸² Ibid.

⁸³ POULANTZAS 1975, p. 72

⁸⁴ Ibid., p. 50

⁸⁵ Ibid., p. 79

⁸⁶ LUDENSTAD, Geir. Empire by invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952. *Journal of Peace Research*, Vol. 23, Nr. 3, Sept. 1986

capital financeiro e de empresas estadunidenses, por meio do Plano Marshall e a cooperação militar (no contexto do enfrentamento à União Soviética), eram encorajados e solicitados pelos governos europeus, além de serem amplamente apoiados pela opinião pública naquele continente. Os europeus puderam, assim, prosperar economicamente e "aproveitar-se" da expansão do império americano, ainda que isso significasse uma relação de dominação⁸⁷.

Esse antigo debate, que aqui recuperamos, é a base que sustenta o posicionamento, segundo o qual a ascensão dos países emergentes, em especial a China, indica um novo ciclo de expansão e acumulação do capital no marco da dominação estadunidense. Destacamos que o aspecto central é a "reprodução induzida da forma do poder imperialista dominante em cada formação nacional e *seu próprio Estado*"⁸⁸, garantindo, assim, a contínua acumulação capitalista dentro desses Estados, e desses para fora. Segundo Poulantzas, as intervenções do Estado em favor de certas frações do capital autóctone ou regional contra outras são, ao mesmo tempo, intervenções indiretas em favor de frações do capital americano contra outros, de que dependem as diversas frações e setores do capital autóctone⁸⁹. Nesse sentido, "longe de representar a pretensa cooperação supranacional de capitais europeus contra o capital americano, ele corresponde à reprodução ampliada do capital transnacional sob dominação do capital americano no próprio seio dos países europeus (...)"⁹⁰. Se trouxermos essa perspectiva para a análise atual, a reprodução induzida do capital imperialista através dos próprios Estados "emergentes" garantiria a contínua acumulação do capital americano, ainda que por meio da expansão do capital

⁸⁷ De acordo com Lundestad, os EUA construíram um império, com intervenções militares, políticas e econômicas em todo mundo. Mas o caso europeu era uma preocupação central dos americanos, uma vez que a Europa combinava um "anticomunismo" com a "liberdade de mercado". A expansão do império americano ocorreu sob a forma de "convite" e incentivos, especialmente por parte dos britânicos. As negociações do Plano Marshall foram caracterizadas pelas crescentes demandas por crédito e entrada de capital por parte dos governos europeus, mais até do que os EUA efetivamente ofereciam. A cooperação militar foi ainda mais intensa. O autor afirma que os europeus, "desesperados" por assistência financeira, logram prosperar com a expansão do império americano. Entretanto, Lundestad sustenta que o quadro começou a mudar, a partir do momento em que os europeus puderam "andar com as próprias pernas" no campo econômico e a integração europeia passou a avançar, enquanto os EUA começaram a sofrer derrotas, como a guerra do Vietnã, o choque do petróleo e a desestabilização financeira no início da década de 1970. As condicionantes anexadas aos acordos de empréstimos, que limitavam a liberdade de ação da Europa, eram cada vez menos aceitas. Para Lundestad, o império não pode sustentar-se da mesma forma, uma vez que os custos dessa sustentação começaram a ser altos demais. Ver *Ibid.*, p. 268 em diante.

⁸⁸ POULANTZAS 1975, p. 79

⁸⁹ *Ibid.*, p. 80,

⁹⁰ *Ibid.*, p. 86

autóctone. Para os que sustentam essa perspectiva, o poder americano não seria desafiado, mas reforçado⁹¹. O papel central do dólar como moeda de troca internacional e a supremacia militar americana - os dois outros elementos apontados por Gilpin - ainda não puderam ser desafiados de forma consistente, apoiando, ainda mais, essa posição.

Observamos que as análises de Poulantzas e Mandel com relação à Europa dizem respeito a um determinado momento histórico, e não podem ser abstraídas dele de forma simples. Apesar de resguardarem importantes reflexões que podemos hoje considerar, as condições estruturais mudaram nas últimas décadas, e a ascensão dos países BRICS (com diferenças importantes entre eles) dependerá dessas condições estruturais, cujos efeitos podem ser múltiplos e não previsíveis, acentuados com a atual crise econômica mundial.

Consideramos relevante, todavia, uma menção à possibilidade de processos de integração regional que tenham caráter autônomo e "anti-imperialista". Na América Latina, a integração regional tem sido apresentada como um mecanismo de resistência ao imperialismo estadunidense. Conforme mostramos no capítulo 3, a noção de uma integração produtiva, com medidas de integração política, social e cultural, faz frente à noção de um "regionalismo aberto", que visa a aprofundar os processos de abertura comercial e de liberalização, de modo a integrar a região aos circuitos globais do capital transnacional. Entretanto, apoiando-nos no posicionamento de Poulantzas para o caso da integração europeia, alguns dos processos de integração regional em curso, hoje, na América Latina (mais claramente a IIRSA) podem ser considerados espaços de reprodução do capital transnacional sob dominação do capital americano. Em um processo de integração regional com motivações políticas, a expansão do capital sediado no Brasil para Cuba ou Venezuela, por exemplo, por meio da preferência ou mesmo "convite" desses governos para o investimento brasileiro, poderia apoiar a ideia de uma tentativa de balanceamento de poder no nível regional. Cabe aqui notar que o fato da entrada de capital ser feita por meio de um "convite" dos próprios governos locais não configura, por si só, um indicador de que não há uma relação de poder e de dominação. Ele pode ser um acordo entre governos que (em diferentes

⁹¹ Condizendo com as posições de Fiori e, especialmente, de Panitch sobre a ascensão da China, conforme expusemos no capítulo 1.

graus) se opõem ao capital americano, e mesmo assim aprofundar as relações sociais de produção capitalistas. Consideramos, pois, que é importante atentar para as relações de classes, que não são suprimidas ou superadas somente por meio da relação entre Estados. As lutas anti-imperialistas dificilmente resultarão no objetivo de superação das desigualdades e na libertação dos povos, se não forem também lutas anticapitalistas, para dentro e para fora dos Estados.

A construção de uma hegemonia vai além da exportação de capital por meio da instalação de empresas multinacionais, que embutem um caráter político e não somente econômico, como mostrou Gilpin. A concepção predominante na academia norte-americana mantém a supremacia do poder militar, político e econômico de um Estado dominante como equivalente à hegemonia, que se apoia na noção do Estado em sua forma simples (instituição de autoridade política). Conforme vimos no capítulo 1, autores críticos e marxistas buscaram ir além da concepção de supremacia de um Estado no sistema, ao adequar o conceito gramsciano para as Relações Internacionais, complexificando a noção de hegemonia. O militante do partido comunista italiano foi destacado e popularizado pela elaboração do conceito de hegemonia sintetizada como “consenso e coerção”. As reflexões de Gramsci, no entanto, têm como ponto de partida um questionamento específico num período histórico concreto: como explicar a vitória do fascismo na Itália? A complexidade e refinamento de sua teoria advêm da perspectiva de uma derrota (os inimigos estavam no poder), e de uma reflexão sobre as táticas e estratégias do inimigo, para poder derrotá-lo.

O conceito de hegemonia de Gramsci refere-se diretamente à sua noção de Estado não apenas como governo, ou instituição de autoridade política (como no realismo), mas sim de forma ampliada: sociedade política e sociedade civil. A hegemonia se forma com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual em uma sociedade. Esse grupo exerce liderança antes de chegar ao governo, na verdade é uma das condições para que chegue lá. Nesse momento ele se torna dominante e, mesmo depois de se afirmar no poder, não pode deixar de “liderar”⁹². Para Gramsci, “dominar” não é igual a “liderar”: este requer

⁹²GRAMSCI. *Selections from the Prison's Notebooks*. Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 2008 (1971), p. 57-8

certas concessões aos grupos subordinados, para que eles “concedam” (mesmo que indiretamente) e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo.

A hegemonia pressupõe, portanto, levar em consideração os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia deve ser exercida, e a formação de certo equilíbrio compromissado, o que significa que o grupo dominante terá que fazer certos sacrifícios de tipo econômico-corporativo. Isso ocorre, porém, desde que não toquem no essencial: o poder econômico da classe ou grupo dominante⁹³. Esses compromissos e concessões (que não alteram a estrutura de poder) fazem com que o desenvolvimento e expansão do grupo *particular* sejam concebidos e apresentados como força-motriz de uma expansão *universal*, como o desenvolvimento de *todas* as “energias nacionais”, de maneira coordenada com parte dos interesses gerais dos grupos subalternos. Segundo Gramsci, o Estado se torna o reflexo desses interesses particulares, apresentados como universais: “a vida do Estado é o contínuo processo de formação e suplantação do equilíbrio instável (no plano jurídico) entre o interesse do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados – equilíbrio no qual os interesses do grupo dominante prevalecem, mas somente até certo ponto, i.e., limitando-se para que não cheguem a interesses estritamente econômicos corporativos”⁹⁴.

A hegemonia da classe dominante é institucionalizada no Estado, mas formada e sustentada no seio da sociedade civil (Estado ampliado). Quando a classe dominante perde o consenso na sociedade, ela não exerce liderança, mas dominação, precisando, para isso, utilizar força coerciva, o que significa que as massas se desligaram de suas ideologias tradicionais. Para Gramsci, isso ocorreu logo após a (primeira) Guerra Mundial, quando se abriram brechas nos aparatos hegemônicos em todos os lados, e o exercício da hegemonia tornou-se difícil e aleatório⁹⁵.

⁹³ Ibid., p. 161

⁹⁴ Ibid., p. 182, tradução ASG. O Estado incorpora ambos papéis, de educar e de punir (“escolas” e “cortes”) e seu principal instrumento é a lei, que cumpre ambas as funções (ibid., p. 146-7). Desse modo, as “regras do jogo” são parte integral do sistema de dominação. O aparato coercivo para garantir -essas regras indica o caráter particular do Estado, aparentando princípios universais. Ver BUTTIGIEG, Joseph. Gramsci on Civil Society. *Boundary 2* 22, no. 3, 1995, p. 10

⁹⁵ GRAMSCI, loc.cit., p. 80. Entre a força e o consentimento está a corrupção e a fraude, quando o exercício da hegemonia é difícil e o uso da força é muito arriscado. Procura-se assim paralisar e desmoralizar o inimigo, comprando seus líderes (ibid.).

A ideologia liberal buscou separar o Estado da sociedade civil, afirmando que a atividade econômica pertence àquela, e o Estado não deve intervir nem regulá-la. Mas se sociedade civil e Estado são parte do mesmo todo, então, segundo Gramsci, “deve estar claro que o liberalismo também é uma forma de regulação estatal, introduzida por meios legislativos coercivos”⁹⁶. Hegemonia e sociedade civil são, portanto, dois conceitos interdependentes e devem ser pensados de forma conjunta: o sucesso em adquirir e manter controle do Estado moderno depende do trabalho realizado pelo grupo dominante na sociedade civil antes de sua ascensão ao poder, e da capacidade deste em estender sua influência sobre crescentes segmentos da sociedade⁹⁷.

Baseado em Gramsci, Cox define hegemonia no plano mundial como uma dominação de forma particular, em que um Estado dominante cria uma ordem baseada, ideologicamente, em ampla medida de consentimento, funcionando de acordo com princípios gerais que, de fato, asseguram a contínua supremacia do Estado líder, e classes sociais dominantes, oferecendo, ao mesmo tempo, alguma medida de satisfação aos menos poderosos⁹⁸. Desse modo, para se tornar hegemônico, um Estado precisa fundar ou proteger uma ordem que seja universal em sua concepção, não baseada na exploração direta de outros, mas em que outros Estados (submetidos à sua hegemonia) sintam, em parte, compatível com seus próprios interesses⁹⁹.

Assim, a hegemonia, no âmbito mundial, é um projeto da classe dominante em um determinado Estado dominante, porém vai além, sendo capaz de construir globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico e implementá-lo em outros países do sistema. Dessa forma, é necessário pensar o papel das classes e forças sociais na construção da hegemonia mundial e da contra hegemonia.

Para Cox, como também para Arrighi, uma ordem mundial hegemônica pode ser formada somente através de um Estado no qual a hegemonia social interna foi ou

⁹⁶ Ibid., p. 160. O liberalismo apresenta assim uma contradição inerente: o mercado tem que ser imposto por lei, acarretando sempre elementos de coerção, como retaliação, condicionalidades e ameaças.

⁹⁷ BUTTIGIEG 1995, op. cit., p. 3; 27

⁹⁸ COX 1987, p. 7.

⁹⁹ COX, Robert: Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993, p. 61

está sendo fundada¹⁰⁰. Segundo Arrighi, um Estado se torna hegemônico mundialmente quando pode reivindicar com credibilidade que é a força-motriz da uma expansão universal do poder coletivo de seus dominantes com relação a outros Estados, assim como com relação às classes subalternas¹⁰¹. Esse tipo de reivindicação é crível em situações de caos sistêmico, onde há falta de organização generalizada e escalada de conflitos¹⁰². Na medida em que o caos sistêmico aumenta, a demanda pela instalação de ordem (antiga ou nova) se generaliza entre dominantes e dominados. Segundo o autor, qualquer Estado em condições de satisfazer essa demanda se apresenta como potencial *hegemon*. Em outras palavras, o Estado deve *liderar* no sistema de Estados.

Nos três casos históricos de formações hegemônicas mundiais (hegemonia holandesa, britânica e americana), os Estados dominantes demonstraram liderança intelectual e moral para guiar o sistema mundial para a saída do caos, e formaram ordens mundiais correspondentes aos valores, regras, normas e ideologias do *hegemon* (livre-comércio no caso britânico, livre-empresa no caso americano). As instituições criadas davam relativa margem de liberdade aos outros Estados, mas eram sempre reguladas através da dominação do Estado hegemônico. Estes puderam incorporar parte dos interesses de classes e países subordinados no seu projeto de dominação¹⁰³.

No período do pós-guerra, a construção da hegemonia estadunidense se deu por meio de organizações internacionais em um sistema multilateral. Cox considera

¹⁰⁰ Segundo Cox, nos períodos da “Pax Britannica” e da “Pax Americana”, a ordem hegemônica mundial foi fundada por um país onde a hegemonia social estava estabelecida, e era suficientemente expansiva para se projetar para fora. Nesses períodos, a hegemonia estava firmemente estabelecida nos países centrais, enquanto que, na periferia, o uso da coerção era mais evidente. Nela, alguns elementos foram absorvidos e adaptados de maneira desigual e os conflitos de classe são mais intensos. COX 1987, op. cit, p. 149-50; 266-7

¹⁰¹ ARRIGHI, Giovanni. The three hegemonies of historical capitalism. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993, p. 151

¹⁰² Arrighi diferencia entre caos e anarquia. Enquanto caos é a falta de ordem generalizada, a anarquia é a falta de uma autoridade central, podendo ser, no entanto, ordenada através de princípios, regras e normas.

¹⁰³ Ibid., p. 158. Arrighi associa a emergência do sistema moderno de dominação ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial. De um lado, há uma lógica de dominação “territorialista” - que concebe o capital e a riqueza como subprodutos da busca incessante de expansão territorial - e, de outro, a lógica “capitalistas” - a expansão territorial como subproduto da busca incessante de acumulação do capital. A característica essencial do mundo moderno tem sido a oposição entre essas duas lógicas, e a resolução dessa contradição tem sido a constante reconfiguração do espaço político-econômico mundial pelos Estados líderes capitalistas em dada época (Ibid., p. 153-4).

que essas organizações foram os principais mecanismos de universalização de normas e valores do *hegemon*. Assim como para Gramsci, em uma sociedade hegemônica, o conflito social não é eliminado, mas regulado e institucionalizado, e a institucionalização do conflito dentro da potência dominante torna-se a base para essa institucionalização também no plano global. As organizações internacionais funcionam como processos através dos quais instituições hegemônicas e sua ideologia são desenvolvidas. Regras são incorporadas, de modo a facilitar a expansão de ordens mundiais hegemônicas, legitimando, ideologicamente, as normas dessa ordem. Ao mesmo tempo, elas mesmas são produto da hegemonia de um Estado dominante, e são capazes de facilitar a cooptação de elites dos países periféricos e absorver ideias contra hegemônicas. Dessa forma, organizações internacionais promovem a expansão de forças econômicas e sociais dominantes, ao passo que permitem ajustes para incorporar interesses subordinados a um “custo mínimo”¹⁰⁴.

Autores de viés institucionalista tenderiam a convergir com Arrighi e Cox no que diz respeito à relativa estabilidade do sistema através da formação de uma ordem mundial hegemônica baseada em instituições. Conforme já expusemos no capítulo 1, Ikenberry baseia-se na ideia de que as instituições têm capacidade de auto restringir o poder do próprio *hegemon*, garantindo legitimidade e durabilidade à ordem mundial, constituída por ele com bases “constitucionais”¹⁰⁵. Keohane, por sua vez, argumenta que uma ordem hegemônica estável depende de regimes fortes, com regras precisas e seguidas por todos¹⁰⁶. Os regimes fortes se sustentam na medida em que Estados menores têm incentivos e ganhos ao colaborar com eles. Eles não seriam, assim, uma imposição do Estado mais forte, mas um espaço de cooperação, em que os ganhos em permanecer nos regimes e instituições seriam maiores do que os custos de sair deles. Para Keohane, regimes internacionais fortes dependem de um poder hegemônico, ao passo que a fragmentação desse poder e sua distribuição entre países em competição leva à fragmentação do regime. A concentração de poder indica, portanto, estabilidade¹⁰⁷.

¹⁰⁴ COX 1993, loc.cit., p. 62.

¹⁰⁵ IKENBERRY, J. **After Victory...** op.cit.

¹⁰⁶ KEOHANE, Robert. **Instituciones internacionales y poder estatal**. Ensayos sobre teoria de las relaciones internacionales. Grupo Editor Latinoamericano, colección Estudios Internacionales, 1993

¹⁰⁷ Juntamente com Kindleberger e Gilpin, Keohane é um expoente da teoria da estabilidade hegemônica. Conforme já exposto no capítulo 1, esses autores contemplam ajustes e acomodações

A hegemonia pode ser, assim, “benévola”, uma vez que ela garantiria o “bem comum” (estabilidade, paz, ordem), sendo a desigualdade social e internacional um “mal necessário” para garantir a ordem do sistema. Contrariamente, para Gramsci e os autores nele baseados, o conceito de hegemonia explicita formas de manutenção da subalternidade de uma classe frente à outra, bem como relações de poder opressoras na ordem mundial. A estabilidade da ordem hegemônica é constituída de uma ordem hierárquica de Estados poderosos, as classes dominantes mundiais sobre as classes subalternas e Estados na periferia, que são submetidos ao disciplinamento econômico e político ditado de cima para baixo. O poder hegemônico se caracteriza por conseguir apresentar seus interesses particulares como universais, garantindo que grupos subalternos sejam complacentes e assumam o projeto hegemônico como parte de seu próprio interesse. Assim, a hegemonia na ordem mundial não significa apenas a dominação de um Estado sobre outro, mas também um consentimento ideológico (consciente ou inconsciente) ao projeto de poder, que não é necessariamente “benevolente” para todos de maneira igual, apesar de aparentar tal universalidade. A hegemonia está “inscrita nas mentes”¹⁰⁸, implicando a naturalização de relações de poder, de condições sociais, materiais e culturais, e a dificuldade de abertura do imaginário para pensar alternativas.

Conforme mostramos nos capítulos anteriores, os “países emergentes” e o Brasil têm buscado ascender dentro das instituições existentes, com o objetivo de maior participação e voz dentro delas. Para alguns, como Ikenberry/Wright¹⁰⁹, isso significa que essas instituições, construídas sob hegemonia estadunidense com base nos seus valores, normas e princípios, são capazes de absorver as demandas desses países, não implicando uma mudança. Argumenta-se, também, que esses países têm

dentro da ordem, e não sua transformação. Keohane afirma que países maiores e menores têm vantagens em cooperar num regime internacional: “a potência hegemônica ganha capacidade de configurar e dominar seu entorno internacional, enquanto que administra um fluxo suficiente de benefícios às pequenas e médias potências para convencê-las de que coincidem [em interesses]”. Por outro lado, na medida em que a distribuição de recursos (especialmente econômicos) se torna mais equitativa, aumentam os custos do *hegemon* em manter estabilidade e o cumprimento das regras, e os regimes se debilitam. Os incentivos dos Estados secundários também mudam, e estes reduzem seu apoio ao regime. Inicia-se assim um período de transição e de instabilidade. Ver KEOHANE, op.cit., p. 115 (tradução ASG)

¹⁰⁸ COX, Robert W. Middlepowermanship, Japan and future world order. In: COX; SINCLAIR (ed.): **Approaches to World Order**. Cambridge University Press, 1999(1989), p. 245

¹⁰⁹ IKENBERRY, J.; WRIGHT, T. 2008, loc.cit.

buscado um "balanceamento brando", dificultando ações unilaterais dos EUA dentro das instituições¹¹⁰.

No âmbito da América do Sul, entendemos que o Brasil procura acumular poder com base na legitimação e na liderança junto aos vizinhos. Ao mesmo tempo em que protege e promove seu poder econômico, o faz buscando legitimar-se como amigo e solidário com os parceiros menores, solucionando conflitos com base em negociações que, naturalmente, têm implícito o poder de barganha de cada um. Quando envolvido em casos de conflito, o governo Lula buscou dialogar, e não entrar em enfrentamento direto com outros governos. No caso específico do conflito entre a Petrobras e o governo boliviano em 2006, a prudência do governo brasileiro em buscar o diálogo, e não a força – recebendo apoio de vários setores da esquerda contra setores das classes dominantes, que apresentam um posicionamento hostil a alguns governos na região sul-americana – pode ser compreendida como uma *tentativa* de construção de uma hegemonia regional, se consideramos que esta requer certas concessões aos países menores, para que o Brasil possa exercer seu papel com o *consentimento* destes. Esses governos veem na liderança do Brasil a realização de seus próprios interesses, contra uma liderança dos EUA, por exemplo.

Tal consentimento é cultivado na constante representação do governo brasileiro como um “amigo” dos países vizinhos, “generoso”, objetivando uma “integração solidária”. Entretanto, acomodações e concessões aos interesses de outros países são feitas sempre de modo a não tocar ou alterar os interesses fundamentais dos setores econômicos do Brasil, como foi o caso dos desfechos das negociações da Petrobras na Bolívia, da Odebrecht no Equador e das alterações no contrato de Itaipu com o Paraguai. Conforme afirma Marco Aurélio Garcia,

“o Brasil não tem aspirações de liderança (...). A opção que fizemos é de integração solidária, crescermos juntos. Todos esses incidentes tiveram desfechos favoráveis. Com a Bolívia, normalizamos as relações e continuamos importando gás (...). Com o Equador, foi um incidente que opôs uma empresa ao governo local, que, a meu ver, agiu de forma precipitada. Mas nós não perdemos um centavo e o Equador continua pagando as dívidas que havia

¹¹⁰HURREL 2009, loc.cit. Um exemplo disso foi a abstenção conjunta dos países que compõem os BRICS na votação sobre a intervenção da OTAN na Líbia no âmbito do Conselho de Segurança da ONU em março de 2011.

contraído. Com o Paraguai, estamos discutindo civilizadamente as diferenças e tenho certeza de que vamos chegar a bom termo”¹¹¹.

A tentativa do Brasil de construção dessa hegemonia com base na liderança regional, em alguma medida legitimada pelos demais governos, pode ter também um efeito político paradoxal. De um lado, o país teve papel fundamental em situações de crises nos países vizinhos, que levaram a golpes, sequestros (como no caso da Venezuela em 2003 e Honduras em 2009) e que beiraram uma guerra civil (como na Bolívia), apoiando de forma ativa os governos democraticamente eleitos. De outro, o governo Lula foi representado pelas classes economicamente dominantes nesses países (e nos países centrais) como um "modelo" de um governo "responsável", colocando o grupo Lula/Kirchner/Tabaré supostamente em oposição ao modelo Chávez/Evo/Correa. Com efeito, tivesse o Brasil, a partir de 2002, incorrido em transformações radicais que indicassem uma mudança mais profunda, podemos imaginar que esse processo (que certamente sofreria sérios ataques de forças sociais dominantes internas e externas) teria tido um efeito disseminador na região, apoiando os processos de transformação nesses outros países. Entretanto, o modelo adotado no Brasil ajudou, em certa medida, a "conter" os processos de transformação nos países andinos dentro de suas respectivas fronteiras. Segundo Katz,

"(...) los principales gobiernos de centroizquierda han cumplido una función clave en la contención política en Venezuela, Bolívia y Ecuador. Muchos analistas omiten este papel, al evaluar positivamente la acción de esas administraciones frente a la contraofensiva imperial.

En los hechos, la capacidad de detener esta embestida ha sido muy reducida. Colombia reafirmó la instalación de las bases norteamericanas y el golpismo se recicló en Honduras, sin prestar mucha atención al disgusto de los presidentes progresistas”¹¹².

Seu papel complexo e muitas vezes paradoxal na região torna o Brasil "ao mesmo tempo imperialismo e motor imprescindível para a integração”¹¹³. Hegemonia

¹¹¹ GARCIA, Marco Aurélio. Perto do príncipe, ma non troppo. **Estado de São Paulo**, 29 de março de 2009, entrevista. Com essas declarações, compreendemos que Marco Aurélio se dirige aos setores conversadores no Brasil, opositores ao governo Lula e críticos da política externa brasileira e dos governos de esquerda na América do Sul. Entretanto, procuramos mostrar que a discussão é mais complexa e envolve mais fatores e atores, do que uma dicotomia entre "governo Lula" vs. "oposição".

¹¹² KATZ, Claudio. El peculiar ascenso de Brasil. *Rebelión*, 19 de enero de 2010. Disponível em <http://www.rebelion.org/noticias/2010/1/98699.pdf>.

¹¹³ STEFANONI, Pablo. O Brasil é ao mesmo tempo imperialismo e motor imprescindível da integração. **Brasil de Fato**, 23 de dezembro de 2010 (entrevista)

e imperialismo são dois conceitos usados, muitas vezes, de forma intercalada para explicar o estabelecimento de uma determinada ordem internacional sob dominação de uma potência. O exercício da liderança é um elemento em comum entre eles, porém há divergência sobre a finalidade, forma e os instrumentos com os quais essa liderança é exercida. Podemos observar que os processos de construção da hegemonia nas abordagens gramscianas priorizam os elementos de convencimento, consentimento e construção de consensos ideológicos em torno de um projeto de dominação, sempre resguardando, como instrumento para isso, elementos coercitivos de cunho econômico e militar. Por sua vez, o imperialismo não é uma categoria estática, ao contrário, representa processos dinâmicos em diferentes espaços e territórios ao longo da história, expressando novas formas de concentração e expansão do capital, e, por consequência, novas expropriações e conflitos.

O uso do termo “imperialismo” foi, por um longo tempo, restrito ao campo marxista e a setores da esquerda. Segundo Borón e Foster¹¹⁴, depois dos eventos de 11 de setembro de 2001, o termo foi retomado a partir de seu próprio “centro”, os EUA, com a “guerra ao terror”. A mídia e a academia norte-americana e mundial voltaram a discutir os termos “império” e “imperialismo” econômico, militar ou cultural, estes vistos como separados e dissociados do capitalismo, podendo ter inclusive uma conotação benévola de caráter civilizatório¹¹⁵.

Alguns pensadores não marxistas, como Cohen, buscaram elaborar definições e usos do conceito de imperialismo de forma "neutra" ou objetiva¹¹⁶. Cohen define o imperialismo como "*qualquer relação de dominação ou controle efetivo, político ou*

¹¹⁴ BORON, Atílio. A questão do imperialismo, e FOSTER, John Bellamy. O redescobrimento do imperialismo, ambos em BORON; AMADEO; GONZALES (orgs.). **A teoria marxista hoje**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹¹⁵ Mesmo antes, no governo Clinton, o império "deixa de ser uma condição censurável a partir de raciocínios éticos e políticos para transformar-se em uma obrigação humanitária" (BORON 2006, p. 461). Posteriormente, com governantes e pensadores neoconservadores, o termo "império" é usado com significado “benévolo”, apoiado em pressupostos religiosos ou messiânicos. O governo Bush intensifica a visão de que um império americano teria a função de instituir em todo o globo a democracia liberal capitalista. A administração Bush afirma, assim, uma “soberania contingente” e o direito de intervenção preventiva naqueles que não se encaixam no modelo liberal.

¹¹⁶ COHEN, Benjamin. **A questão do Imperialismo**. Economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 21, grifo no original. O autor afirma que, ao mesmo tempo em que o termo é usado como “slogan” de panfletos políticos, sua definição tornou-se demasiadamente restrita, limitando-se somente a alguns países, a certos mecanismos de controle, ou a um determinado sistema econômico. Seria necessário um método apropriado para reter o termo, dando-lhe um significado “bem definido, eticamente neutro e objetivo” para que seja útil à análise da economia política das Relações Internacionais. Ver Ibid., p. 15

econômico, direto ou indireto, de uma nação sobre outra”¹¹⁷. O conceito seria, assim, “operacional”¹¹⁸. A forma do imperialismo pode ser o controle direto (através da extensão da soberania política), ou indireto (penetração econômica, pressões diplomáticas ou militares) e pode ter natureza econômica ou político-militar. Para Cohen, a raiz principal do imperialismo não é econômica, mas política. Próximo ao realismo, ele afirma que a política de poder determina a ação dos Estados, e a anarquia internacional disciplina o comportamento destes, levando-os à busca por maximização de seu poder individual, a fim de garantir sua segurança nacional. A existência de múltiplas soberanias nacionais gera, desse modo, a necessidade de concorrência para acumular poder e garantir a segurança de cada Estado¹¹⁹.

A conclusão de Cohen reflete o paradigma realista do sistema internacional, cuja principal característica é a “política de poder” (territorial, econômica, política e militar), justificada para assegurar a própria sobrevivência, ou para acumular mais poder relativo ao adversário. A política de expansão do Estado imperial torna-se uma “escolha racional”, perdendo elementos morais e éticos. O poder se torna um conceito neutro, a política de poder e sua expansão aparecem como um movimento quase mecânico. As consequências da guerra, racismo, superexploração e subalternização de outras nações, povos e classes acabam sendo silenciadas. Ao tratar do imperialismo, o principal expoente do realismo, Hans Morgenthau, chega a afirmar que impérios que lutam para manter seu status quo *não* agem de forma imperialista¹²⁰. Imperialista não seria qualquer política de acréscimo de poder, mas somente aquela que visa a alterar o status quo das relações existentes. Qualquer ação revisionista que almeja a alteração do status quo seria imperialista e deveria ser contida¹²¹. Porém, um império que busca “manter-se império” não agiria de forma “imperialista”, o que parece conveniente para as potências que já acumularam poder, e objetivam conter as ações revisionistas ou contestadoras dos outros.

¹¹⁷ Ibid., p. 21, grifos no original.

¹¹⁸ Ibid., p. 20

¹¹⁹ Ibid., p. 223

¹²⁰ MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 98-9

¹²¹ Ibid., p. 131. Morgenthau utiliza como exemplo a política expansionista da Alemanha - a partir de 1935. Entretanto, podemos pressupor que o viés da política externa estadunidense de contenção da URSS até os anos 1970 certamente era um exemplo para a formulação teórica de Morgenthau nesse momento.

Morgenthau critica as teorias econômicas do imperialismo, em especial a marxista. Segundo ele, “o que querem o imperialista pré-capitalista, o imperialista capitalista e o capitalista ‘imperialista’ é o poder, e não o ganho econômico”¹²². Observamos nesses autores a distinção de imperialismos de tipo militar, econômico e cultural, e a dissociação entre capitalismo e imperialismo, que é um aspecto predominante, notoriamente, para Schumpeter¹²³. Para ele, o imperialismo e a guerra são frutos de estruturas atávicas, irracionais, pré-capitalistas, e não do capitalismo. Os impulsos imperialistas são disposições gerais de algumas sociedades pré-capitalistas, que não continham objetivos específicos (eram “*objectless*”). O impulso à expansão territorial e à dominação de outros povos advinha de tradições religiosas e culturais¹²⁴. Assim como para autores liberais clássicos¹²⁵, também, aqui, o livre-comércio e o livre mercado seriam mais propícios à paz. Calculados racionalmente, os custos de manutenção de colônias seriam demasiadamente onerosos e significariam uma intervenção dos Estados, desviando o comércio verdadeiramente “livre” no mercado mundial. A tendência seria, portanto, a dissolução de colônias e estruturas de dominação territorial direta¹²⁶. A “recaída” ou nova corrida imperialista no final do século XIX, correspondia, segundo Schumpeter, a estruturas pré-capitalistas remanescentes, influenciando as sociedades e gerando inclinações instintivas e irracionais à expansão. Atores da classe aristocrática, que obteriam vantagens imediatas com as guerras, continuavam tendo peso nas sociedades, pois as burguesias não dominavam o poder dos Estados por completo. Tendências imperialistas seriam

¹²² Ibid., p. 108.

¹²³ SCHUMPETER, Joseph. **Imperialism and social classes**. Ohio, Meridian book, World Publishing Company, 1966.

¹²⁴ Ibid., p. 23-54 (Imperialism in practice)

¹²⁵ Refiro-me aqui a SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 e ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

¹²⁶ Autores como Smith e Angell tratam do período do colonialismo ligado ainda à fase mercantilista, especialmente a expansão espanhola, portuguesa e holandesa (chamada de “velho imperialismo”). Hobson difere o colonialismo do “novo” imperialismo através da ocupação territorial direta com extensão da soberania, de um lado, e a não necessidade de ocupação territorial direta para a dominação, de outro. O colonialismo seria a ocupação territorial com dominação formal, ou a expansão da nacionalidade de um Estado para outro território (dominação com extensão da soberania). Já o imperialismo não é necessariamente o colonialismo aberto. Ele envolve novos mecanismos de dependência e dominação, como a dependência do capital financeiro. Ele seria a expansão de um Estado para além da nacionalidade. Ver HOBSON, J. A. **Imperialism. A Study**. Ann Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1964.

externas ao capitalismo, e, desse modo, frutos do atavismo, tendendo a desaparecer com a racionalidade instrumental¹²⁷.

De fato, a relação entre imperialismo e capitalismo torna-se mais clara e nítida somente no período pós-segunda guerra mundial. Wood e outros argumentam que a ligação entre capitalismo e imperialismo não é simples e direta¹²⁸. Comumente se afirma que as origens do capitalismo estão no colonialismo e na acumulação primitiva, ou seja, a conquista de colônias e os recursos delas advindos teriam gerado as condições para início do capitalismo na Europa. Nesse caso, o capitalismo seria "resultado" do imperialismo colonialista. Mas, para Wood, a relação entre capitalismo e imperialismo vai depender das relações de propriedade no seio do poder imperial, das condições sistêmicas de reprodução associadas às relações de propriedade, e do processo econômico colocado em andamento por elas¹²⁹. A autora sustenta que o imperialismo é resultado do desenvolvimento capitalista na Inglaterra, e não o inverso.

Segundo Wood, somente na Inglaterra a riqueza colonial foi transformada em capital industrial. A apropriação das terras comuns dentro e fora da Inglaterra justificou-se, filosoficamente, através do princípio de *improvement* de John Locke, que definiu a propriedade como aquilo que deriva da produtividade do trabalho. Cria-se valor através do "melhoramento" da terra, aumentando seu valor de troca. De acordo com essa leitura do pensamento de Locke, a terra improdutiva, onde não há trabalho inserido, seria propriedade "de ninguém" e poderia ser tomada, de modo a ser "melhorada". Desse modo, a possibilidade de uso da terra no capitalismo agrário inglês (expandido para a Irlanda) justifica a expropriação em massa de terras e bens coletivos, os cercamentos na Inglaterra e expropriação de terras aborígenes nas colônias. O imperialismo se justifica, portanto, pelo princípio capitalista de uso produtivo da propriedade para lucro privado¹³⁰.

¹²⁷ SCHUMPETER 1966, p. 58-9; 64-6

¹²⁸ WOOD, Ellen M. **The origins of capitalism**. London, New York: Verso, 2002.

¹²⁹ Ibid., p. 149

¹³⁰ Ibid., p. 157-8; 162-4. Conforme veremos adiante, Harvey afirma que esse processo de acumulação primitiva não é "anterior" ao capitalismo, mas uma prática constante e inerente à lógica de acumulação capitalista. As dimensões disso, hoje, são múltiplas. Podemos apontar os grandes projetos extrativos e do agronegócio vigentes no Brasil e na América do Sul, transformando e "melhorando" territórios

Wood afirma que o capitalismo, apesar de ter se desenvolvido em um sistema internacional de comércio, foi um produto "doméstico", tendo emergido primeiro em um país específico. Depois disso, ele nunca mais emergiu novamente da mesma forma. Segundo a autora, não é da natureza do capitalismo ficar "em casa" por muito tempo, sua necessidade ilimitada de acumulação, de que depende sua própria sobrevivência, produziu novos e distintos imperativos de expansão. O capitalismo cria novas possibilidades imperialistas ao gerar imperativos econômicos, compulsões de mercado, que vão além da dominação política direta. Desse modo, o capitalismo britânico produziu um imperialismo, respondendo aos requerimentos específicos da acumulação capitalista. Iniciado em um Estado nacional e desenvolvendo-se em outros locais, sendo seguido por outros Estados, o capitalismo se espalhou, não apagando fronteiras nacionais, mas reproduzindo sua organização social, criando novas economias e Estados nacionais¹³¹.

Lênin e outros militantes comunistas refletiram e escreveram sobre os processos e as condições de expansão do capitalismo no momento histórico descrito por Wood, ou seja, quando a dominação de novos territórios e suas matérias primas nas outras regiões do mundo tornava-se um imperativo para o próprio desenvolvimento do capitalismo na Europa. Esses militantes, que refletiam a partir de lutas sociais concretas, trabalharam o conceito de imperialismo de forma mais complexa e abrangente, vislumbrando a totalidade de suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Para Lênin¹³², o imperialismo do final do século XIX não é uma política, mas sim um estágio do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, a saber, a constituição dos monopólios e do capital financeiro¹³³. A centralização de capital-dinheiro dos conglomerados industriais em alguns bancos

ocupados por populações tradicionais para atividades econômicas de lucro privado, como reflexos atuais da expansão do capitalismo imperialista.

¹³¹ Ibid., p. 175-6

¹³² LENIN, V.I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2005 (1916).

¹³³ Os monopólios se formam com a junção de fases sucessivas de elaboração de matéria-prima de dado setor, ou com a formação de conglomerados de setores auxiliares que compõe uma mesma indústria (LENIN, op.cit., p. 19). Schumpeter buscou rebater a noção de que a formação de monopólios nos países centrais (gerando capital excedente) seria o impulso principal à expansão imperialista, conforme propôs Lênin, com base em Hobson e Hilferding. Segundo Schumpeter, monopólios são temporários, na verdade, o capitalismo seria sempre de concorrência. A inovação tecnológica confere um ganho monopolista inicial, porém a economia de mercado tende a dissolver os monopólios. Eles seriam ineficientes, e seriam vencidos pela concorrência, de modo que o próprio mercado daria conta de dissolvê-los. Ver SCHUMPETER 1966, p. 84-9

modifica a função destes, dando-lhes poder de controle e disciplinamento da economia de toda uma sociedade. Lênin explica que a relação entre banqueiros e industriais se torna uma “união pessoal”: se os industriais só têm acesso a seu capital através dos bancos, também estes precisam alocar esse enorme capital em investimentos de retorno. Assim é formado o “capital financeiro”, o capital bancário transformado em capital industrial¹³⁴. Este é, segundo Lênin, o principal processo de transformação do capitalismo em imperialismo, e dá início a seu processo chave: a exportação de capital. O excedente, em poucos países ricos, busca lucratividade e retorno através de investimentos no exterior, ou seja, sua exportação para territórios pré-capitalistas, que são incorporados ao circuito do capitalismo mundial¹³⁵. O imperialismo torna-se “usurário” na medida em que a concessão de crédito e de empréstimos públicos vai, gradualmente, se tornando o principal mecanismo das relações de dependência. A dominação passa a se dar entre países e classes credoras (*rentiers*) e devedores.

Assim como, hoje, as instituições de Bretton Woods e bancos de desenvolvimento operam por meio de “condicionalidades” políticas e econômicas, de modo a beneficiar as economias dos países credores, já naquele momento, Lênin apontava para os “pacotes” de empréstimos dos bancos nos países centrais, envolvendo trocas de vantagens ou serviços. Segundo o autor, era corrente que, entre as cláusulas dos empréstimos, se impunha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, por exemplo, armamentos, embarcações, etc. A

¹³⁴ HILFERDING, apud LENIN, op.cit., p. 47. A “união pessoal” dos bancos com as maiores empresas significa a fusão de uns com outras mediante a posse de ações, participação dos diretores de bancos nos conselhos de administração das empresas, e vice-versa. É formada, assim, uma *oligarquia financeira*. A união entre bancos e industriais se completa com a relação pessoal de uma e outra sociedade com os governos. Segundo Lênin, lugares da administração são confiados a personalidades de renome e antigos funcionários do Estado, os quais facilitam as relações com autoridade. Ibid., p. 57

¹³⁵ Ibid., p. 64-65. Segundo o autor, no fim do século XIX temos uma situação monopolista nesses poucos países ricos (notoriamente Inglaterra, França, Alemanha, posteriormente também nos EUA), onde a acumulação de capital atingia proporção gigantesca, produzindo um enorme excedente. Porém, “enquanto o capitalismo for capitalismo” segundo Lênin, esse excedente não é investido de modo a melhorar a qualidade de vida das massas de trabalhadores “pois significaria a diminuição dos lucros do capitalistas”. O capital busca lucratividade através de investimentos em outros territórios, que são incorporados à órbita de circulação do capitalismo mundial. São construídas as principais vias férreas e são asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc.

exportação de capitais passava, assim, a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias¹³⁶, uma prática comum a todos os bancos "Exim" hoje.

Segundo Lênin, os monopólios capitalistas partilham o mercado interno entrelaçado ao externo, criando o mercado mundial. Essa divisão do mundo entre os cartéis internacionais precede a partilha entre as grandes potências. O autor escreve no momento histórico quando a política colonial dos principais países já havia completado a ocupação dos territórios não capitalistas e se iniciava a dura concorrência pelas fontes de matérias primas¹³⁷. Lênin estabelece uma relação causal entre os diferentes estágios de desenvolvimento capitalista nos países centrais: concentração de capital em monopólios e conglomerados; exportação desse capital para regiões que possam ser incorporadas ao mercado mundial como fornecedoras de matérias primas; ocupação e divisão desses territórios entre as potências, gerando, como resultado, a competição e a guerra entre elas. Assim, as lutas políticas (militares, ideologias, raciais) – a chamada “superestrutura extra econômica” – estavam estreitamente relacionadas com as lutas econômicas (expansão do capital financeiro e criação dos cartéis internacionais). A diplomacia, afirmava, é “fiel amiga” do capital financeiro¹³⁸.

A disputa político-econômica tornava a guerra inevitável. Ao discutir com Kautsky, Lênin afirmava que “faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências (...) apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia”¹³⁹. Perguntava, então, “como podem resolver-se as contradições, *sob o capitalismo*, a não ser pela força?”¹⁴⁰. O conflito internacional tinha, assim, origens na luta de classes: as raízes sociais do imperialismo situavam-se na canalização para fora de “rancores e raivas” da classe trabalhadora inglesa, na forma de nacionalismo e racismo frente às populações colonizadas, subornando as camadas superiores da classe trabalhadora

¹³⁶ Conforme declarava o *Die Bank*, “nas transações internacionais deste gênero o credor obtém quase sempre algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, uma base hulleira, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões” (*Die Bank*, apud LENIN, p. 64)

¹³⁷ Para Lênin, as associações capitalistas se esforçam para tirar do adversário toda a possibilidade de concorrência. Com a “rapidez incrível da técnica”, não apenas as fontes de matérias primas já descobertas tinham importância para o capital financeiro, mas também as possíveis futuras. *Ibid.*, p. 83.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 86.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 92. Para ele, Kautsky confundia, “convenientemente”, conteúdo e forma em sua teoria do “ultra-imperialismo”.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 97, grifo no original

para seu consentimento ao imperialismo¹⁴¹. Alianças "ultraimperialistas" poderiam ser somente tréguas entre guerras: "As alianças pacíficas preparam as guerras e, por sua vez, surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacíficas entre a economia e a política mundial"¹⁴². Conflitos poderiam assumir diferentes formas, entretanto não são solucionados no capitalismo.

Observa-se que o mesmo processo histórico caracterizado por Lênin como guerra inter-imperialista, para Gilpin seriam os ciclos de guerra e paz hegemônica¹⁴³. Segundo esse autor, marxistas e realistas compartilham da visão de que, enquanto for possível a expansão territorial e de recursos, a lei do desenvolvimento desigual pode operar sem alterar a estabilidade do sistema como um todo; no entanto, quando seus limites são alcançados, o sistema entra em crise. Os choques entre Estados por territórios, recursos e mercados aumentam em frequência e magnitude, até culminar, ao final, em uma "guerra hegemônica". Assim, o esgotamento do espaço político e econômico levou a uma intensificação do conflito e ao colapso final do sistema em duas grandes guerras mundiais¹⁴⁴.

Uma "guerra hegemônica" irá resultar em uma nova estrutura de poder internacional. Esta se caracteriza pela contestação direta entre poder dominante e poderes revisionistas, por mudanças na natureza e na governança do sistema (sendo ela simultaneamente uma guerra política, econômica e ideológica) e, por fim, pela abrangência e meios de violência quase ilimitados¹⁴⁵. As grandes transformações na história mundial foram derivadas de guerras hegemônicas entre rivais políticos, cujo resultado é o reordenamento do sistema a partir de ideias e valores do Estado vencedor, que governará o sistema.

O autor também ressalta o sentido da paz e da estabilidade dentro de uma ordem mundial hegemônica: a paz equivale a uma "estabilidade hegemônica", uma

¹⁴¹ Nas palavras do político inglês Cecil Rhodes, "para salvar 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios. (...) O império, sempre tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas" (ROHDES, apud LENIN: 80). Desse modo, o imperialismo serviu para "acalmar" a classe operária na metrópole.

¹⁴² LENIN, p. 121

¹⁴³ GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge University Press, 1981.

¹⁴⁴ Ibid., p. 201

¹⁴⁵ Ibid., p. 200

vez que ela é assegurada e vigiada pelo poder dominante, que coordena a política mundial a partir da sua visão de mundo. Assim como um “Leviatã” pode dar fim a um “estado de natureza de todos contra todos”, também o *hegemon* pode minimizar os efeitos ou, ao menos, administrar a anarquia internacional. O sistema, no entanto, se “desequilibra” na medida em que os custos de manutenção da sua posição forem maiores do que os recursos disponíveis ao *hegemon* para que possa exercer sua função de manter a estabilidade. Ele será, então, contestado por outra potência crescente, que tentará desafiá-lo¹⁴⁶. Enquanto Gilpin vê um movimento cíclico de guerra e paz hegemônicas como forma de mudanças *no* sistema, para Lênin, o conflito internacional (que embute o conflito de classes) assumiria formas pacíficas ou não pacíficas, porém é recorrente, enquanto não leve a uma ruptura e a uma mudança *do* sistema capitalista.

Essas teorias sozinhas não podem dar conta da complexa realidade política hoje existente. A atual conjuntura desafia os preceitos de Lênin no sentido de uma rivalidade inter-imperialista que possa desembocar em uma grande guerra, e principalmente os de Gilpin, uma vez que a conjuntura não configura nem uma estabilidade hegemônica, nem uma perspectiva de guerra sistêmica. Com a ascensão de países emergentes, em especial a China, temos, hoje, o debate sobre as possibilidades de uma “ascensão pacífica”, que poderia apontar para um rompimento do ciclo de guerra e paz hegemônicas. Conforme indicado no capítulo 1, autores de diferentes perspectivas teóricas argumentam que, à vista do alto grau de entrelaçamento e interdependência econômico-financeira entre a China e os EUA, e da supremacia militar mundial estadunidense, é provável, hoje, que uma mudança hegemônica ocorra sem uma guerra mundial. Fiori sustentou que a internacionalização americana associada ao crescimento chinês teria produzido “uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial”, que não se daria no advento de uma guerra hegemônica. Se, de um lado, devemos nos preparar para uma nova corrida imperialista e intensificação dos conflitos, de outro, não devemos esperar um “duelo final” entre China e EUA, dada a “fusão financeira” entre os dois países¹⁴⁷. Ikenberry/Wright entendem que as formas possíveis de transição na ordem atual são diferentes daquelas do passado, em especial a recorrência histórica de guerras

¹⁴⁶ Ibid., p. 210

¹⁴⁷ FIORI 2008, loc.cit., p. 67

hegemônicas, uma vez que o desenvolvimento de armas nucleares teria tornado difícil a chance de uma guerra mundial nos dias atuais. Para eles, quanto mais a ordem hegemônica for baseada em instituições e regras, for aberta e consensual, quanto mais forem distribuídos seus benefícios materiais, é mais provável que Estados emergentes assegurem seus interesses integrando-se à ordem, e não a desafiando¹⁴⁸. Por fim, Arrighi afirma que, se a China vier a ser um *hegemon* global, seus poderes cultural e econômico seriam muito mais relevantes que o poder militar. Uma nova época asiática, se existir, seria portadora de uma "hibridização fundamental" dos legados ocidentais e orientais¹⁴⁹. O autor traça um paralelo entre a transição hegemônica da Grã-Bretanha aos EUA e a atual ascensão chinesa, afirmando que os EUA não precisaram desafiar militarmente a Inglaterra para consolidar seu crescente poder econômico. Com a atual potência envolvida hoje em uma guerra sem desfecho previsível (e com um altíssimo endividamento público causado, em boa parte, pelo excessivo gasto militar), a China teria interesse em deixar os EUA se exaurirem em termos militares e econômicos na "guerra ao terror", enriquecer com o fornecimento de bens e crédito aos EUA e, por fim, usar a expansão de seu mercado doméstico para conquistar aliados na construção de uma ordem mundial centrada na própria China, porém ainda sem ser militarmente dominada por ela¹⁵⁰.

Observamos que uma guerra inter-imperialista ou hegemônica não significa somente uma guerra entre a potência atual e a revisionista, mas um colapso do sistema como um todo, com suas próprias contradições. Uma mudança de hegemonia sem guerra é um importante desafio da realidade política atual frente às próprias experiências históricas, que sustentam as teorias aqui trazidas. O principal elemento dessa discussão é a relativa perda de centralidade da questão militar em um novo ciclo hegemônico mundial. As disparidades de poder militar entre os "países emergentes" (por exemplo, o Brasil têm capacidade militar muito inferior à da Rússia e da Índia, que apresentam um alto investimento no setor) impedem que estes, mesmo se agirem em conjunto, enfrentem a capacidade militar dos EUA. Desse modo, se consideramos o elemento militar como determinante histórico da construção de uma potência hegemônica ou de um país imperialista, o Brasil, a China e os demais "emergentes"

¹⁴⁸ IKENBERRY; WRIGHT, loc.cit., p. 10

¹⁴⁹ ARRIGHI 2008, loc.cit., p. 25

¹⁵⁰ Ibid., p. 320

não figurariam como tal. Porém, na atual fase do imperialismo capitalista, o poder militar talvez não seja o principal mecanismo de dominação.

Isso é o que apontam alguns autores marxistas atuais, que iniciam seu debate sobre o imperialismo apontando para falhas das teorias marxistas clássicas. Ao discutir com pensadores clássicos, Panitch/Gindin sustentam que uma nova teorização do imperialismo necessita transcender a teoria “estagista” da rivalidade interimperial¹⁵¹. Ao enfatizarem as “fases”, os autores clássicos falharam em apreciar adequadamente a dimensão espacial da internacionalização. Ademais, teriam elevado um momento conjuntural da rivalidade inter-imperialista a uma “lei imutável da globalização capitalista”¹⁵². A exportação de capital não estaria fundamentada no excedente de capital na metrópole, mas “nas oportunidades e pressões de competição acelerada, e nas estratégias e capacidades emergentes de um capitalismo em desenvolvimento, que empurrava e facilitava o expansionismo internacional do fim do século XIX”¹⁵³. Desse modo, não teria havido exaustão de possibilidades de consumo nos países centrais; novas prospecções de acumulação interna eram introduzidas através do desenvolvimento tecnológico e da desigual competição. O imperialismo demonstrava ser não um movimento unilateral de expansão capitalista “de dentro para fora”, mas um movimento duplo e simultâneo de aprofundamento das relações capitalistas para dentro e sua expansão para fora¹⁵⁴. Assim, apesar da expansão para fora significar que se tenha chegado a certo grau de monopolização no plano doméstico, não significa que os monopólios e conglomerados tenham esgotado as possibilidades de acumulação.

Panitch/Gindin afirmam que a relação entre o imperialismo e o capitalismo precisa ser compreendida através de uma extensão da teoria do Estado capitalista. Quando Estados pavimentam o caminho para a expansão de seu capital para fora, ou quando monitoram e administram essa expansão, isto só pode ser entendido em termos do papel relativamente autônomo do Estado na manutenção da ordem social e na garantia das condições de acumulação do capital¹⁵⁵. Na fase do imperialismo sob

¹⁵¹ PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register* 2004. London: Merlin Press.

¹⁵² Ibid., p. 5

¹⁵³ Ibid., p. 6, tradução ASG

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Ibid., p. 7

dominação dos EUA, seria necessário que uma nova teorização buscasse compreender “o que fez plausível a insistência do Estado americano de que ele não era imperialista, e como isso foi posto em prática e institucionalizado, ao passo que hoje, inversamente, é *implausível* a insistência do Estado americano de que não é imperialista”¹⁵⁶. Esses autores apontam, portanto, a necessidade de analisar o imperialismo em sua dinâmica histórica e social em relação às transformações do capitalismo.

Para eles, redes imperiais e ligações institucionais, antes relacionadas à relação Norte-Sul (impérios formais e colônias), no período pós Segunda Guerra, começaram a ser construídas entre os EUA e os principais países capitalistas, em especial na Europa. Conforme expusemos no capítulo 1, o “império informal americano” se caracteriza pela capacidade do Estado americano de penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas¹⁵⁷. O dinamismo do capitalismo americano e o seu apelo mundial, combinado a uma linguagem universalista da ideologia de democracia liberal, apoiam a capacidade do império informal de ir além dos impérios anteriores. Ao construir as corporações multinacionais modernas, com investimento externo direto em produção e serviços, o império informal americano provou-se capaz, mais que outros, de penetrar em outras formações sociais, mesmo nas economias mais desenvolvidas.

Panitch/Gindin afirmam que o imperialismo americano foi hegemônico frente a outros Estados e classes capitalistas. Porém, mesmo com toda a penetração cultural e econômica dos EUA em outras sociedades, nunca se tornou uma “transferência de lealdade popular direta” de outros povos ao próprio EUA. Os autores buscam se diferenciar de teóricos críticos baseados em Gramsci, ao afirmarem que os EUA não tiveram que incorporar demandas das classes subordinadas em outros Estados dentro da construção de seu império. O consentimento ativo para a dominação do império informal foi mediado pela legitimidade que os outros Estados mantinham para si, ou reuniam em nome de qualquer projeto particular do Estado americano, através da

¹⁵⁶ Ibid., p. 4, tradução e grifo ASG

¹⁵⁷ Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. Para os autores, o principal fator que determinou a mudança na extensão de impérios formais, após 1880, foi a inabilidade da Inglaterra em incorporar os recentes poderes capitalistas emergentes, Alemanha, EUA e Japão, no seu “imperialismo de livre-comércio”. Ibid., p. 8.

atuação das classes dominantes nesses países¹⁵⁸. Assim, a ordem capitalista mundial foi organizada e regulamentada mediante a reconstrução de outros Estados como Estados capitalistas, com instituições e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas que assegurassem a acumulação de capital em todos os lugares, sendo a ocupação territorial direta, de acordo com os autores, não mais uma estratégia prioritária. Observamos, entretanto, que intervenções militares ao redor do mundo tornam-se recorrentes, demonstrando que a legitimidade do império americano é muitas vezes difícil de ser alcançada, e a formação de um consenso dentro das instituições hegemônicas não é suficiente.

Para Wood, as teorias do imperialismo clássico pertencem a uma época na qual o capitalismo ainda não tinha se tornado um sistema econômico global¹⁵⁹. A lógica dessas teorias representa a mudança de foco de operações internas nos países capitalistas avançados para relações externas, ou interações e conflitos entre Estados capitalistas e o mundo não capitalista. A coerção militar e geopolítica ainda eram os principais instrumentos da relação entre esses “dois mundos”. Isso, no entanto, para a autora, se transforma na atual fase do imperialismo capitalista, cujos principais instrumentos são a competição e compulsão econômica¹⁶⁰.

Enquanto no imperialismo tradicional a dominação colonial e a exploração econômica eram transparentes, a principal caracterização do “novo imperialismo” é a dominação não-direta, mediada, que torna as relações de dominação e ocupação opacas, muitas vezes ambíguas. Wood faz um paralelo entre as formas de relação social no feudalismo e no capitalismo: assim como não havia nada de opaco na apropriação dos serviços e rendas dos camponeses pelos senhores feudais, também a relação coercitiva entre os senhores coloniais e seus subalternos era razoavelmente clara, forçando-os a entregar suas riquezas; no capitalismo moderno, ao contrário, a relação capital-trabalho se caracteriza pela ausência de força direta, não sendo imediatamente óbvio o que compele o trabalhador a entregar sua força de trabalho. As formas de coerção puramente econômicas são diferentes daquelas militares e políticas: a “compulsão” é impessoal, opera como imposição do “mercado”,

¹⁵⁸ Ibid., p. 32

¹⁵⁹ WOOD, Ellen M. **Empire of capital**. 2nd. ed. New York: Verso, 2005

¹⁶⁰ Ibid., p. 124-128

aparentando ser uma questão de escolha entre indivíduos supostamente iguais e livres¹⁶¹.

Semelhante à opacidade da relação coerciva capital-trabalho, também hoje não há uma relação típica de coerção indireta entre nações ricas e pobres. As compulsões são econômicas, impostas “pelos mercados”. As relações são formalmente reconhecidas e se dão entre entidades legalmente iguais, ou seja, Estados soberanos, assim como compradores e vendedores, credores e devedores. Mas, segundo Wood, a coerção “extra econômica” (política, militar, jurídica) se mantém essencial também na atual fase do imperialismo capitalista, mesmo quando (ou especialmente quando) ações militares dos principais países são fundamentadas pela “neutralidade dos interesses da sociedade internacional”¹⁶².

Wood afirma que é necessário entender as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre forças econômicas, políticas, militares e ideológicas para compreender o “novo imperialismo”. O capitalismo é especialmente capaz de dissociar o econômico do extra econômico, porém, não há poder econômico do capital sem o apoio das forças extra econômicas. Para a autora, o Estado é mais que nunca essencial ao capital, especialmente na sua forma global. Ele desempenha um papel fundamental, tanto nas economias “imperiais” quanto nas subordinadas, na criação e manutenção das condições de acumulação do capital¹⁶³. Segundo Wood, nenhuma outra instituição internacional pode substituir o Estado nacional como garantidor administrativo e coercivo da ordem social, das relações de propriedade, da estabilidade e previsibilidade contratual, ou de qualquer outra condição básica requerida pelo capital em seu cotidiano. Com isso, o novo imperialismo, mais que as antigas formas de impérios coloniais, depende, cada vez mais, de um sistema de múltiplos Estados e soberanias locais, estruturadas em uma complexa relação de dominação e subordinação, para exercer as funções administrativas e coercivas necessárias para sustentar a ordem jurídica, econômica e social do capitalismo. Ao mesmo tempo, a autora coloca que, para administrar esse múltiplo sistema de Estados,

¹⁶¹ Ibid., p. 1-3

¹⁶² Ibid., p. 5

¹⁶³ Ibid., p. 139

é necessário um poder militar único e predominante, capaz de manter todos "na linha", função exercida pelos EUA¹⁶⁴.

Wood escreve no momento da invasão dos EUA (e aliados) ao Iraque. O sistema de dominação consolida-se, na era Bush, como um "imperialismo de excedente", que combina a centralidade da força militar com a força econômica dos EUA¹⁶⁵. Por que um aparato militar tão grande quando não há um inimigo claro a ser combatido? Este é, para Wood, o paradoxo do novo imperialismo: o poder militar não está desenhado para conquistar novos territórios nem derrotar um inimigo, é um imperialismo que não busca dominação territorial ou física. No entanto, ele produziu uma capacidade militar desproporcional com alcance global. Isto se dá, segundo a autora, precisamente por não haver inimigos nem objetivos claros e finitos. Trata-se de uma dominação sem fronteiras da economia global e de um múltiplo sistema de Estados para administrá-la, requerendo uma ação militar sem propósito ou tempo determinado - uma "guerra sem fim"¹⁶⁶.

Harvey também argumenta que os clássicos, ao tentarem completar o projeto teórico de Marx, falharam em lidar com a dinâmica espaço-temporal do imperialismo de sua época¹⁶⁷. Eles acrescentaram vários elementos à "lista de afazeres" deixada por Marx¹⁶⁸ - como o nacionalismo, autodeterminação, o aspecto contínuo da acumulação primitiva, as relações com formações sociais não capitalistas, etc., além do papel dos monopólios, do capital financeiro - entretanto, as soluções dadas por eles, em seu momento, foram somente *ad hoc*¹⁶⁹. Desse modo, segundo Harvey, "qualquer um que se coloca a tarefa de conceitualizar o 'novo imperialismo' está entrando em um caldeirão de visões dissidentes que carregam nas costas uma enorme bagagem de

¹⁶⁴ Ibid., p. 142

¹⁶⁵ Ibid., p. 143

¹⁶⁶ Ibid., p. 144. Para Wood, essa nova forma imperial rompe com doutrinas tradicionais de guerra, abrindo espaço para um novo princípio, o de que uma ação militar pode estar justificada sem expectativa de que seu objetivo será alcançado, ou ainda, que uma ação militar sequer necessita ter um objetivo específico, criando-se um princípio de "war without end" (p. 149, grifo no original). Segundo a autora, noções como "guerra ao terrorismo", "guerra às drogas" ou "intervenção humanitária" introduzem o uso da força para propósitos políticos mais difusos e incipientes. Uma nova doutrina de intervenções defensivas cria uma guerra total e infinita na sua duração, seus objetivos, meios e alcance territorial (p. 151).

¹⁶⁷ HARVEY, David. In what ways is the 'new imperialism' really new?. *Historical Materialism* 15 (2007) 57-70.

¹⁶⁸ Harvey refere-se, provavelmente, à lista de tópicos deixados por Marx nos *Grundrisse*, que não chegaram a ser trabalhados por ele.

¹⁶⁹ Ibid., p. 59

controvérsias passadas"¹⁷⁰. Para o autor, precisamos não somente de uma nova teoria do imperialismo, mas também uma nova teoria do Estado capitalista que dê conta das formas e poderes institucionais do Estado, que seriam hoje radicalmente diferentes daqueles de trinta anos atrás¹⁷¹. Assim como demonstra Jessop, também para Harvey o Estado está enredado em uma complexa hierarquia de arranjos institucionais, que têm implicações sobre como o "novo imperialismo" está sendo construído. O Estado é fundamental, mas seus poderes soberanos mudaram¹⁷². Para o autor, existiram muitos tipos de império e devemos cultivar a ideia de que existem diferentes imperialismos¹⁷³.

Ao discutir com Wood, Harvey afirma que, enquanto a autora buscou compreender a "novidade" do "novo imperialismo" a partir de mudanças nas condições materiais, que fazem com que teorias, que foram outrora plausíveis, já não o são hoje, ele mesmo apresentou essa "novidade" a partir do emprego de um novo aparato conceitual para interpretar os acontecimentos ao longo da história. Enquanto Wood preocupou-se com a compreensão das razões de o capitalismo se tornar um sistema universal que atinge todo o mundo, Harvey desenvolveu uma teoria espacial da acumulação capitalista, preocupando-se com a geopolítica do capitalismo e o desenvolvimento geográfico desigual, reformulando a questão do imperialismo com relação à dinâmica espaço-temporal inerente à acumulação capitalista¹⁷⁴.

A mercantilização de áreas previamente não mercantilizadas ("pre capitalistas") é para Harvey a principal característica da nova fase do capitalismo global¹⁷⁵. Ele distingue o novo imperialismo pela prática constante e contínua de acumulação primitiva¹⁷⁶ - "acumulação por espoliação" - que é baseada em práticas

¹⁷⁰ Ibid., p. 60, tradução ASG

¹⁷¹ Ibid., p. 67. Aqui pressupomos que Harvey discute com autores que se apoiam em Poulantzas.

¹⁷² Ibid. p. 67

¹⁷³ Ibid., p. 60

¹⁷⁴ Ibid., p. 57-8

¹⁷⁵ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004

¹⁷⁶ Em Marx, a acumulação primitiva é um estágio inicial do capitalismo, um processo histórico de divórcio entre o produtor e os meios de produção. Ele significou, de um lado, o saque e a espoliação dos povos nas Américas, de outro, a expulsão de camponeses na Inglaterra do processo produtivo, criando uma massa expropriada, "livre" para vender sua força de trabalho no mercado. Ambos os processos são acompanhados por atos de violência e barbárie. Na Inglaterra, a usurpação das terras comuns deu-se, gradualmente, nos séculos XV e XVI, chegando à legislação dos "cercamentos" no século XVIII (concentração de terra para atividade pastoril, reforma da propriedade da igreja e decreto parlamentar "Act of Parliament for the enclosure of commons"). Segundo Marx, "*The spoliation of the church's property, the fraudulent alienation of the State domains, the robbery of the common lands, the*

violentas de novas e contínuas expropriações. A acumulação primitiva não seria momento original, mas uma contínua força da geografia e história de acumulação do capital, no qual o Estado tem papel crucial. Para Harvey, a partir da década de 1970 inicia-se uma nova onda de “expropriação de terras comuns”: a transferência para entidades privadas (por meio de coerção, violência ou cooptação por parte do Estado) de direitos comuns de propriedade obtidos após décadas de guerras e lutas de classe, como o sistema público de saúde, aposentadoria, bem-estar, etc. A privatização de recursos antes partilhados, como água, terra e serviços básicos, assim como a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas, naturais e de criatividade intelectual, são principais formas de acumulação por espoliação¹⁷⁷.

O autor baseia-se em Rosa Luxemburg, que sustentava a ideia da necessidade de áreas externas ao capitalismo para que este pudesse seguir acumulando. Para ela, o subconsumo nos países centrais teria levado a uma crise de realização do capital, que buscou territórios pré-capitalistas para seguir expandindo. A troca desigual com formações pré-capitalistas apoiou a contínua extração de mais-valia, uma vez que, nas metrópoles, o capitalismo chegava “às suas fronteiras”. Na medida em que as fronteiras territoriais capitalistas fossem se expandindo para o resto do mundo, e as áreas pré-capitalistas fossem cada vez mais escassas, o conflito violento era inevitável¹⁷⁸. Para Harvey, a crise de realização do capital não advém do subconsumo, mas da sobre acumulação ou excedente¹⁷⁹. A sobre acumulação em um dado sistema territorial gera excedente de capital, que é deslocado, significando uma nova ordenação (“fix”) espaço-temporal¹⁸⁰. Em outras palavras, o excedente pode ser deslocado *temporalmente*, mediante investimentos em projetos de longo prazo ou gastos sociais; e *espacialmente*, com a abertura de novos mercados, novas

usurpation of feudal and clan property, and its transformation into modern private property under circumstances of reckless terrorism, were just so many idyllic methods of primitive accumulation. They conquered the field for capitalistic agriculture, made the soil part and parcel of capital, and created for the town industries the necessary supply of a “free” and outlawed proletariat.” (MARX, Karl. **Capital. Volume I**. London, Penguin Classics, 1990, p. 895). A acumulação primitiva foi o primeiro momento de expropriação violenta, seguida da reprodução expandida do capital.

¹⁷⁷ HARVEY 2004, op.cit, p. 121-126

¹⁷⁸ LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

¹⁷⁹ HARVEY 2004, p. 116-120

¹⁸⁰ “Fix” tem duplo sentido: certa parcela de capital fica *fixada* em território, em forma física, por um período longo de tempo. Alguns gastos sociais também são territorializados. Mas o termo “fix” também significa *consertar* algo, uma solução particular de crises de excedente por meio de adiantamento do tempo e deslocamento no espaço. Ibid.,p. 99-102

capacidades produtivas, novas possibilidades de recursos e trabalho em outros territórios.

Temos, assim, a questão central de Harvey para a compreensão das dinâmicas do imperialismo: o "onde" e o "como" com o capital excedente. Segundo o autor, os capitalistas se confrontam com a perpétua dificuldade de encontrar formas lucrativas de aplicar as quantidades cada vez maiores de excedente que produzem (mediante a exploração do trabalho, mudanças tecnológicas, aumento da produtividade, etc.). Harvey afirma que as crises se tornaram a saída. Crises no capitalismo seriam longas e abrangentes fases de desvalorização e destruição do capital excedente, que não pode ser absorvido de forma lucrativa¹⁸¹. As tendências de crise sempre implicam novas tentativas de derrubar barreiras para essa absorção, como ocorreu, a partir da década de 1970, com o avanço do neoliberalismo, as políticas de desmantelamento dos sistemas de bem-estar na Europa e nos EUA, as negociações multilaterais mais intensas para liberalização comercial, a integração de mercados e livre circulação do capital na globalização, as privatizações de ativos públicos, como moradias na Inglaterra, terras no México, serviços básicos na Argentina e na África do Sul, entre outros. O capital excedente também migrou para o mercado financeiro nos EUA, criando novas atividades especulativas por meio de *hedge funds* com potencial para "bolhas" especulativas. Crises fiscais e desvalorizações localizadas tiveram lugar ao longo dos anos 90 e 2000 (no México, na Rússia, nos países asiáticos, na Argentina, etc.), resultando em novos deslocamentos geográficos do capital¹⁸².

Para Harvey, investimentos externos diretos financiados por crédito são deslocamentos espaço-temporais, que respondem, de forma ampla e sempre temporariamente, ao problema de absorção do capital excedente. A temporalidade (por ex., o financiamento estatal através de um sistema de crédito, como no caso do BNDES no Brasil) envolve investimento de capital de longo prazo (por ex., infraestrutura) com deslocamento espacial, que implica uma expansão geográfica, com a abertura de novos mercados, exportação de capital e de commodities, até o aprofundamento e expansão colonial, imperial e práticas neocoloniais¹⁸³. O resultado é um desenvolvimento desigual ao longo da história geográfica do capitalismo.

¹⁸¹ HARVEY 2007, p. 61-2

¹⁸² Ibid., p. 64-5

¹⁸³ Ibid., p. 64

Assim, o problema global da absorção-desvalorização do excedente agregado traduz-se, segundo o autor, na desvalorização do capital em determinada localização territorial, e sua absorção em outro território¹⁸⁴. Seguindo o raciocínio de Harvey, a atual situação de desindustrialização e crise nos países centrais, de um lado, e o crescimento econômico acelerado nos "países emergentes", de outro, pode ser compreendido através da dinâmica desvalorização-absorção do capital excedente em diferentes espaços geográficos.

Harvey argumenta que, para identificar o que é "novo" no "novo imperialismo", é preciso "seguir a trilha dos excedentes de capital e olhar para as práticas geográficas e territoriais que acompanham sua absorção ou sua desvalorização"¹⁸⁵. Para o autor, vivemos em um mundo onde o problema de absorção do excedente é mais crônico que nunca, uma vez que, hoje, excedentes enormes estão sendo acumulados no Leste e Sudoeste da Ásia. Começam a surgir "práticas imperialistas" nessa região, com a China se preparando para depositar seu próprio capital excedente, reafirmando sua própria lógica e concepção de poder territorial. Não há, segundo o autor, um imperialismo no singular, mas uma série de práticas imperialistas dispersas através de uma geografia desigual de distribuição do excedente de capital¹⁸⁶. Harvey destaca, portanto, que a compreensão do imperialismo ultrapassa a noção tradicional de dominação Norte-Sul. O deslocamento do capital excedente para "países emergentes" gera, por sua vez, uma nova dinâmica de acumulação, que não se limita aos territórios desses países, mas se expande para além deles.

Notamos que as demais teorias e autores apresentados acima, apesar de trazerem importantes elementos para a compreensão do imperialismo capitalista e sua relação com os Estados nacionais, permanecem no marco das análises tradicionais de poder Norte-Sul, ainda não conseguindo abranger a dinâmica, na qual os "países emergentes" não são mais somente receptores de investimento estrangeiro, mas também exportadores de capital, ocupando um lugar na cadeia imperialista. Como compreender as relações "Sul-Sul" na estrutura de reprodução ampliada do capital imperialista? Essas relações são uma alternativa "anti-imperialista", no sentido de uma oposição ao imperialismo estadunidense? Ou a expansão internacional do capital

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Ibid., p. 70, tradução ASG

¹⁸⁶ Ibid.

a partir dos chamados "países emergentes" (China, Brasil, Índia e outros) os coloca na órbita da expansão das relações capitalistas, reproduzindo também (a seu modo peculiar) uma lógica imperialista?

Parece-nos que a noção do império informal americano, construído através da dominação e coordenação da política de outros Estados, de modo a garantir a reprodução das relações capitalistas em nível global (conforme indicam Panitch/Gindin,) combinada com os deslocamentos espaço-temporais do capital excedente (como trazido por Harvey), pode gerar práticas imperialistas também a partir desses territórios. Mas, uma resposta positiva implica, ademais, pensar as noções de dependência e imperialismo de maneira combinada. Países como o Brasil são dependentes na estrutura produtiva, tecnológica e financeira global, ao mesmo tempo, estão em uma relação de dominação político-econômica com outros países e povos, exercendo também a contínua exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora de suas fronteiras.

Um dos poucos que refletiram sobre a combinação da dependência com o imperialismo foi Ruy Mauro Marini. Ele procurou compreender o capitalismo dependente em função da acumulação do capital em escala mundial, formulando as bases da economia política da dependência, o que hoje é reconhecido como uma teoria marxista da dependência¹⁸⁷. Para Marini, a criação de um mercado mundial contribuiu para o aumento da mais valia relativa, resultado do aumento da produtividade nos países centrais, elevando a tendência de queda da taxa de lucro. A América Latina entra em jogo no sentido de contrarrestar essa tendência, contribuindo para a queda dos custos da matéria prima (reduzindo o valor do capital constante), mas também aumentando a taxa de exploração do trabalho. Segundo Marini, o capitalista na periferia "lança mão de uma maior exploração da força de trabalho" como um mecanismo de compensação para os termos de troca no mercado mundial desfavoráveis aos países periféricos, uma vez que o preço de produtos primários são subvalorizados frente aos manufaturados¹⁸⁸. Assim, a superexploração do trabalho

¹⁸⁷ OSORIO, Jaime. **Crítica a la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia.** Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México, Miguel Angel Porrua/AUZ, 2004

¹⁸⁸ Ibid., p. 139; MARINI, Ruy Mauro. Desenvolvimento da dependência. In: TRANSPADINI; STEDILE (org.): **Ruy Mauro Marini. Vida e Obra.** São Paulo, Expressão Popular, 2005, p. 148

torna-se o elemento fundamental da dependência¹⁸⁹, através do qual as classes burguesas, nas nações desfavorecidas, extraem mais-valor (de modo a "compensar" a troca desigual) e transferem parte dele também para os países centrais.

Um efeito da superexploração do trabalho é uma ruptura entre a esfera da produção e a da circulação, uma vez que o que é produzido está distante das necessidades de consumo das massas¹⁹⁰. De acordo com Marini, enquanto nos países centrais existe mercado de consumo e demanda por mercadorias, na produção latino-americana, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ele é sacrificado em favor do mercado externo¹⁹¹. Há, assim, uma ausência de mercado interno (pois o sacrifício do consumo do trabalhador deprime os níveis de demanda interna), tornando o mercado mundial a única saída para a produção¹⁹². A superexploração do trabalho explica, portanto, a forma fundamental de produção de mais-valia e a separação entre aparato produtivo e esfera da circulação, produzindo um capitalismo de extremas contradições¹⁹³.

Marini acompanha as transformações no capitalismo mundial e suas implicações no capitalismo dependente, ao analisar, no final da década de 1970, o papel do Brasil na estrutura global imperialista. Segundo o autor, a construção da hegemonia dos EUA através da expansão de filiais de suas empresas (no processo que apontamos como internacionalização/fragmentação da produção) supera o modelo simples de centro-periferia¹⁹⁴. A expansão do capital industrial para áreas extrativas e agrícolas, e a extensão e diversificação em escala mundial da indústria manufatureira estadunidense, levou a um aumento significativo de investimentos industriais na América Latina, mudando a configuração de algumas das economias latino-americanas. A industrialização integrada à economia capitalista mundial foi ostentada, de acordo com o autor, pela superpotência, os EUA: a estrutura produtiva se altera de

¹⁸⁹ Ibid., p. 153-154; 157. A superexploração do trabalho é a intensificação da produtividade, gerando a exaustão da força de trabalho e mantendo a remuneração (salário) abaixo de seu valor.

¹⁹⁰ OSORIO, loc.cit., p. 139

¹⁹¹ MARINI 2005, loc.cit., p. 163. De acordo com Marini, no capitalismo dependente, o ciclo do capital se dá da circulação para a produção (da vinculação ao mercado mundial para o impacto disso sobre a organização interna do trabalho), e de volta à circulação. Portanto, a circulação se efetua no mercado externo, não no interno.

¹⁹² Ibid., p. 165. O consumo das classes mais altas seria, por sua vez, satisfeito por meio das importações, sem contrapartida no mercado interno.

¹⁹³ OSORIO, loc.cit.

¹⁹⁴ MARINI, Ruy Mauro. La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo.. *Cuadernos Políticos*, n. 12. Mexico: Ediciones Era, 1977, p. 8, disponível em www.marini-escritos.unam.mx, p. 8

modo a convergir e satisfazer a indústria estadunidense¹⁹⁵. Isto resultou em uma nova hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal. Surgem centros médios de acumulação, potências capitalistas médias. A exportação de manufaturas (componentes da produção produzidos por filiais de empresas estrangeiras) avança para a exportação de capital¹⁹⁶, um processo que Marini denomina de “sub-imperialismo”¹⁹⁷.

Segundo esse autor, o sub-imperialismo é a forma que assume uma economia dependente, ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro, com um alto grau de concentração e centralização do capital, acentuado pelo investimento estrangeiro associado às empresas locais. Seus componentes principais são uma composição orgânica média dos aparatos produtivos na escala mundial e uma política expansionista relativamente autônoma, mas com sua integração no mercado determinada pelos países centrais. Para Marini, somente o Brasil, na América Latina, expressa plenamente essas condições¹⁹⁸.

O sub-imperialismo brasileiro é resultado de um fenômeno econômico, mas também da luta de classes e de um projeto político, que tem seu início com o regime civil-militar¹⁹⁹. Do lado econômico, ele é resultado do *boom* financeiro, a partir de 1970. O Brasil se colocou “na primeira fila” de receptores para a captação de dólares no exterior por meio de empréstimos oficiais (direcionados para investimentos em grandes projetos de infraestrutura e indústrias de base), assim como empréstimos massivos do setor bancário privado internacional, direcionados especialmente à indústria manufatureira²⁰⁰. Politicamente, os governos da ditadura civil-militar armaram a estrutura jurídica e institucional para essa captação de recursos externos, e intervieram para a criação ou subvenção de demanda interna e externa da produção. Ademais, asseguraram campos de investimento no exterior, por meio de operações de empresas estatais (especialmente a Petrobras, como mostramos no segundo capítulo), créditos intergovernamentais ou garantias a operações privadas, expandindo

¹⁹⁵ Ibid., p. 12

¹⁹⁶ Ibid., p. 14-5. Segundo Marini, o crescimento industrial ainda não encontra sua realização no mercado interno, uma vez que – este ainda é truncado pela superexploração da força de trabalho e pela concentração de renda.

¹⁹⁷ Ibid., p. 8

¹⁹⁸ Ibid., p. 17. Outros países em condições similares seriam Espanha e Israel.

¹⁹⁹ Ibid., p. 18

²⁰⁰ Ibid., p. 19

investimentos na América Latina e África. O Brasil se lança, assim, na órbita do capital financeiro, atraindo fluxos monetários sem ser capaz de assimilá-los integralmente como capital produtivo e, portanto, reintegrando parte deles, novamente, ao movimento internacional de capitais. Segundo Marini, o Brasil entra, com seu estilo dependente e subordinado, na etapa de exportação de capitais e na espoliação de matérias primas e fontes de energia no exterior, como petróleo, ferro e gás²⁰¹.

Baseando-se em Bukharin, Marini aponta para um processo dialético da internacionalização da economia, que requer, ao mesmo tempo, o reforço do próprio Estado nacional. Para a entrada de capital estrangeiro nas zonas periféricas, é necessário que o Estado tenha crescente capacidade para obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, realização de negociações comerciais e financeiras com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas favoráveis para o investimento, especialmente no que diz respeito aos custos trabalhistas²⁰². Assim, a exportação de capital dos países centrais e sua conversão em capital produtivo dentro das economias periféricas, exigiu que o Estado receptor garantisse sua realização e reprodução. Para isso, a burguesia brasileira precisou estar coesa e preparada para assumir sua integração subordinada aos centros imperialistas. Suas desvantagens frente à burguesia imperialista fizeram com que ela optasse pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação²⁰³. Entretanto, segundo Marini, o Estado brasileiro não é um simples instrumento do capital: seu projeto de uma *política* sub-imperialista exige uma autonomia relativa dos distintos grupos capitalistas, para que possa organizar e arbitrar sobre a vida econômica com um grau de racionalidade superior ao que teria o capital nacional ou estrangeiro. Isto lhe permite compelir os grupos capitalistas a implementar esse projeto, tanto com base nos interesses econômicos desses mesmos grupos, quanto com base nos interesses políticos que expressavam a elite tecnocrático-militar: o interesse de ser potência²⁰⁴.

Quais são as condições atuais do sub-imperialismo? De acordo com Luce, o sub-imperialismo brasileiro assume uma nova forma sob o novo modelo

²⁰¹ Ibid.

²⁰² Ibid., p. 20

²⁰³ Ibid., p. 21

²⁰⁴ Ibid.

exportador²⁰⁵. A expansão internacional de indústrias intensivas em recursos naturais leva a uma maior capacidade de controle e dominação sobre as fontes de matérias primas e energia de outros povos e países. Esse controle ocorre sob formas que vão além da exportação de capital por meio de aquisições, fusões e investimento direto (conforme demonstramos ao longo deste trabalho). Segundo Luce, é possível ao Brasil exercer controle sobre os bens naturais e territoriais dos países vizinhos mediante a importação de energia barata, pressionando por novos megaprojetos, como grandes hidrelétricas no Peru, Bolívia, América Central, além dos projetos de etanol, gás e petróleo. Ademais, esse controle é exercido através da reconfiguração de territórios para escoamento da produção brasileira, como no caso das grandes estradas, pontes e projetos de infraestrutura portuária no marco da IIRSA²⁰⁶. Para o autor, haveria duas novas conjunturas que impulsionam a tendência sub-imperialista: uma reversão conjuntural dos termos de troca do comércio internacional em favor das economias dependentes, através da alta conjuntural dos preços das matérias primas e commodities; e uma nova conjunção entre os interesses de setores da burguesia brasileira e setores do governo Lula, no sentido de aproveitar essas oportunidades para converter o país em uma potência no setor de agronegócios e agrocombustíveis, o que explicaria as diferentes tentativas, formas e vias de abertura de mercados e liberalização comercial agrícola.

Luce também aponta que a exploração da força de trabalho em outros países não se reverte em vantagens para a classe trabalhadora brasileira, convergindo com o que já discutimos no capítulo 2. A expansão capitalista implica, entre outras coisas, o acirramento da contradição capital-trabalho, dentro e fora das fronteiras nacionais. Conforme já mencionamos, estudos sobre vantagens da internacionalização de empresas brasileiras (como o aumento de divisas do país por meio das exportações, aumento da capacidade produtiva, inovação e da qualidade do emprego) carecem de uma análise mais rígida sobre as condições de vida e de trabalho do povo, relacionadas a essa expansão²⁰⁷. Entendemos que, apesar da ampliação das políticas sociais no governo Lula, as contradições sociais no Brasil permanecem. Por exemplo,

²⁰⁵ LUCE, Mathias. El subimperialismo brasileo en Bolívia y América Latina. Disponível em <http://www.fobomade.org.bo/art-1310> (acesso 29 de agosto de 2011)

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ Referimo-nos aqui aos estudos apresentados nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, como de Alem e Cavalcanti, Tavares, Iglesias e Motta Veiga, e Arbix, De Negri e Salerno.

Luce menciona que, embora o país se apresente como um grande produtor e exportador de carnes, commodities agrícolas, serviços de engenharia e infraestrutura, dentre outros, grande parcela do povo brasileiro ainda sofre com problemas de acesso a alimentação farta e de qualidade, transporte, ruas pavimentadas e infraestrutura básica²⁰⁸. Consideramos, portanto, que as demandas sociais e as lutas de classe tendem a não diminuir com a ascensão econômica e política do Brasil.

Fontes²⁰⁹ busca avançar na compreensão do papel do Brasil na estrutura de expansão global do capital. Ela se diferencia de Marini no que se refere às noções da superexploração da força de trabalho e a ausência de mercado interno dela resultante. Segundo a autora, o rebaixamento do valor da força de trabalho não é um traço distintivo e limitado à periferia. Ele seria um "truncamento estrutural" da lei do valor, que se volta, hoje, contra as próprias classes trabalhadoras nos países centrais²¹⁰. Não somente na periferia, mas nos países centrais, emergiram novas formas de superexploração nas últimas décadas - a expropriação de direitos, a conversão em capital de parcelas dos salários (através dos fundos de pensão, planos de saúde, seguros, educação), novas modalidades de trabalho sem contrato, "autônomo", sem limite de jornada - gerando a disponibilização de massas de trabalhadores obrigados a vender sua força de trabalho abaixo de seu valor²¹¹. Com relação a uma ausência de um mercado interno de consumo de massas, Fontes afirma que, a partir da década de 1970, esse mercado passou a ser fomentado com a consolidação de um sistema financeiro, que resultou na intensa difusão do crédito ao consumidor. A industrialização por substituição de importações voltava-se ao mercado interno e sua expansão alterava suas condições²¹². Na atualidade, é notória a expansão do consumo de massas no Brasil, resultado de políticas sociais de transferência de renda, a difusão intensa de crédito ao consumidor (como créditos populares, compras parceladas, cartões de crédito, etc.) além do gradual aumento do salário mínimo²¹³.

²⁰⁸ Luce, loc.cit.

²⁰⁹ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Editora UFRJ, 2010.

²¹⁰ Ibid., p. 352; 356

²¹¹ Ibid., p. 335

²¹² Ibid., p. 357-8.

²¹³ Processos semelhantes de aumento do mercado interno podem ser observados nos demais "países emergentes", sendo que, na China, o aumento de salários e de direitos trabalhistas é resultados de lutas e greves nas zonas de produção.

Fontes trabalha com o conceito de "capital-imperialismo". Este expressaria o processo histórico de reprodução expandida do capital que, a partir da segunda guerra mundial, se caracteriza pelo domínio do capital monetário em um nível sem precedentes de concentração e centralização de capital, pelas profundas modificações na vida social (novas formas de trabalho, organização social e política, produção científica e cultural) e por novas formas de expropriações de condições de produção, de direitos, das próprias condições ambientais e biológicas de vida de populações inteiras²¹⁴.

De acordo com a autora, o capital-imperialismo não é uma política, nem pode ser reduzido a atuação política de um país dominante. Ele seria uma forma de extração de mais-valor, dentro e fora das fronteiras nacionais, em um processo de expansão que ocorre de forma desordenada e desigual, permeada de lutas de classes²¹⁵. Vinculado a essa expansão está, de um lado, o "encapsulamento" nacional das massas trabalhadoras e das lutas sociais e, de outro, o formato político eleitoral-representativo²¹⁶. A "espiral" capital-imperialista é forjada, em grande medida, pela socialização da produção mundial mediante a expansão internacional de empresas multinacionais²¹⁷. Sua teia é tecida por instituições multilaterais com papel político, econômico e ideológico, como o Grupo Banco Mundial, bem como pelos diferentes *think tanks* e entidades empresariais "cosmopolitas", que formam "frentes móveis de ação" do capital transnacional²¹⁸.

As formas de luta tornam-se, assim, mais complexas do que a tradicional luta pela independência nacional. O anti-imperialismo na América Latina não resultou diretamente em "anti-capitalismo": setores populares se posicionam "contra os EUA", mas a favor de um desenvolvimento nacional entendido como expansão do mercado e de processos produtivos capitalistas. Com isso, Fontes afirma que o capital-imperialismo se estendia "de forma tentacular", passando a constituir interesses diretos nos "países secundários", como o Brasil, implantando-se localmente, enraizando-se na vida social, econômica e cultural, e acirrando, ainda mais, as

²¹⁴ Ibid., p. 146; 149

²¹⁵ Ibid., p. 152; 154

²¹⁶ Ibid., p. 149

²¹⁷ Ibid., p. 164-9

²¹⁸ Ibid., p. 170-4

desigualdades²¹⁹. A autora não anula o papel crucial dos EUA como potência militar e policial do capital imperialismo, mas afirma que suas dimensões ultrapassam os limites do capital estadunidense²²⁰. Como epicentro desse processo, os EUA teriam forjado uma expansão contraditória que, através da socialização da produção, foi capaz de "entrincheirar-se internamente em países que não compunham seu polo central"²²¹. Consequentemente, as burguesias nesses países passaram a operar com interesses capital-imperialistas, atuando no conjunto de investimentos transnacionais, garantindo a mobilidade do capital e, ao mesmo tempo, a contenção da força de trabalho dentro das fronteiras. Surgem, assim, tendências capital-imperialistas originadas em países secundários, como os que compõem os BRICS²²². Para Fontes, estes países são profundamente diversos, mas teriam em comum sua integração aos padrões internacionais predominantes, uma forte base industrial ao lado de grande concentração de capitais, uma força de trabalho de baixo valor, um adestramento dessa força de trabalho e sua disponibilidade ao mercado, além de uma extensa retirada de direitos²²³.

O Brasil, historicamente integrado de forma subalterna à divisão internacional do trabalho e, a partir do regime militar, também com o predomínio do capital monetário no campo doméstico, converte-se em um país capital-imperialista²²⁴. As condições fundamentais para isso foram a industrialização e monopolização do capital, um Estado com relativa autonomia, capaz de garantir a manutenção da acumulação expandida por meio de uma atuação externa consequente e, por fim, formas de contenção de reivindicações e pressões populares²²⁵. A burguesia brasileira (e não "nacional") se fortalece com a entrada de capital estrangeiro e passa a integrar a órbita internacional de capitais a partir de suas bases locais, acopladas ao processo de concentração, guiado pelo fortalecimento do capital portador de juros²²⁶. O capital-imperialismo manifesta-se através da "fuga para frente" das burguesias brasileiras

²¹⁹ Ibid., p. 207-8

²²⁰ Ibid., p. 204; 208

²²¹ Ibid., p. 209

²²² Ibid.

²²³ Ibid., p. 210

²²⁴ Ibid., p. 304

²²⁵ Ibid., p. 307

²²⁶ Convergindo com Florestan Fernandes, Fontes afirma que a burguesia brasileira torna-se uma fronteira interna de defesa do capitalismo, resultado da dupla articulação entre o desenvolvimento desigual interno e o imperialismo. Ibid., p. 313; 333-5

com a exportação de capital para extração de mais valor no exterior, assegurando fontes de matérias primas e energéticas e explorando a força de trabalho em outros países²²⁷. No plano doméstico, organizações filantrópicas com forte base patronal fazem o trabalho de convencimento e apaziguamento, conforme já apontava Gramsci, com os aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. Segundo Fontes, o Estado amplia-se em articulação com elas, na direção da construção de uma hegemonia adequada ao capital-imperialismo atual, enquanto mantém seu recurso à violência e à repressão das populações mais pobres²²⁸.

A autora conclui que o conceito de "sub-imperialismo" - apoiado nas premissas da superexploração do trabalho restrito à periferia e ausência, a ele relacionada, de um mercado interno - não abrangeria as atuais condições do capital-imperialismo. Hoje, no Brasil, há modificações substantivas na concentração de capital, uma reconfiguração do Estado de modo a apoiá-la e promovê-la, e novas formas de expropriação e acumulação no conjunto das relações sociais no interior do país²²⁹. O "capital-imperialismo", conforme apontado por Fontes, é um processo mais abrangente, tratando-se de uma estrutura de reprodução expandida do capital, em que o Brasil, apesar de dependente do capital estrangeiro, não mais ocuparia um lugar *subordinado*.

Nesse capítulo, apresentamos diferentes abordagens, concepções e teorias sobre os conceitos que caracterizam relações de poder e dominação: hegemonia e imperialismo. Esses conceitos estão diretamente relacionados à discussão sobre a relação entre Estado e capital, e suas diferentes formas de internacionalização, que aqui apresentamos por meio de leituras no campo da teoria marxista e da teoria crítica. Buscamos, ao longo do capítulo, relacionar elementos elencados nos capítulos anteriores sobre a relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo, com vistas a compreender o papel e o lugar do Brasil, e de outros "países emergentes", na estrutura global de reprodução expandida do capital.

²²⁷ Ibid., p. 339

²²⁸ Ibid., p. 346-8

²²⁹ Ibid., p. 359

Os conceitos de hegemonia e imperialismo são dinâmicos, seu conteúdo se transformou, no pensamento político e nas lutas sociais, de acordo com os próprios processos sociais, econômicos e políticos ao longo da história. Consideramos que eles não devem ser aplicados de forma mecânica, mas questionados sobre seu conteúdo sempre em relação à realidade social concreta. Muitos dos elementos trazidos pelas diferentes teorias e abordagens aqui apresentadas, podem ser verificados, em maior ou menor grau, no caso do Brasil. Dentre eles, estão: o Estado como um espaço de relação entre forças sociais dominantes e dominadas, com uma relativa autonomia, de modo a organizar os interesses conflituosos de diferentes frações da burguesia, de um lado, e desorganizar (por meio de concessões materiais a determinados segmentos) a classe subalterna, de outro; diferentes mecanismos e instrumentos de universalização de interesses particulares, no sentido da construção de um consenso hegemônico; a liderança moral com concessões materiais aos subordinados, de modo que estes concedam ao projeto hegemônico, o percebendo como sendo de seu próprio interesse; o papel do Estado como organizador do campo jurídico e político para a acumulação capitalista; o imperialismo como um movimento simultâneo de expansão do capital para fora e o aprofundamento das relações capitalistas para dentro; o papel das empresas multinacionais na construção de uma hegemonia internacional; a formação de monopólios e do capital financeiro, em grau e profundidade sem precedentes de concentração e centralização de capital (união "pornográfica" entre capital bancário e industrial²³⁰), gerando as condições internas e externas para a exportação de capital; a dinâmica desvalorização-absorção do capital excedente, impulsionando um deslocamento espaço-temporal do capital por meio de investimentos em infraestrutura física financiados de créditos públicos. Embora as teorias aqui tratadas abarquem uma grande parte das diferentes experiências e formas históricas de dominação, elas sozinhas não são suficientes para compreender a atual fase do capitalismo.

A realidade política na atual ordem mundial desafia, por exemplo, o preceito da recorrência de guerras sistêmicas (inter-imperialistas, hegemônicas) para uma alteração do centro global de poder, podendo, assim, desafiar a noção da necessidade de um Estado ser uma potência militar para se tornar uma potência mundial. Esse desafio reflete um momento conjuntural (na medida em que a China ainda não pode

²³⁰ Expressão utilizada por Fontes, loc.cit.

concorrer com os EUA em termos militares), mas pode ser revertido, caso haja uma crescente militarização de países revisionistas, que decidam por um enfrentamento direto. Essa *não* tem sido a tendência dos países que hoje compõem os BRICS. O rápido crescimento econômico desses países, nas últimas décadas, não se traduziu, de forma automática, em poder militar e político. Eles procuram, conjunturalmente, ascender "dentro da ordem", buscando um "balanceamento brando" por meio de maior participação nas instituições financeiras internacionais e fóruns multilaterais de decisão global, sem alterar substancialmente as regras e normas existentes. Com isso, não consideramos que a ascensão dos países BRICS configure uma tentativa de construção "contra hegemônica" ou "anti-imperialista". Embora suas estratégias de desenvolvimento persigam, em muitos casos, caminhos que objetivam "ultrapassar barreiras" e romper monopólios (científicos, industriais, comerciais, militares) criados pelas potências tradicionais²³¹, eles o fazem *dentro* da ordem capitalista, ocupando um lugar cada vez mais importante na reprodução expandida do capital global.

As teorias aqui apresentadas (com exceção de Marini e Fontes) também não abarcam as relações de dominação e poder entre países periféricos. Hoje as condições para as relações de dominação são mais abrangentes do que à época de Marini. Mecanismos, tais como programas de cooperação e "ajuda ao desenvolvimento" a outros países "do Sul", podem potencializar as possibilidades de construção de um consenso hegemônico (no sentido gramsciano) ou uma "política sub-imperialista" do Brasil frente esses outros países e regiões periféricas. Consideramos que o Brasil ocupa uma posição paradoxal, sendo ao mesmo tempo "explorador" e "explorado", um país subordinado, ao passo que subordina outros. Dessa forma, o Brasil, apesar de ocupar um lugar dependente na estrutura produtiva, tecnológica e financeira global, também ocupa (juntamente com os demais "países emergentes") um lugar cada vez

²³¹ Especialmente a China vem aumentando, de forma significativa, sua participação na produção científica mundial. O indicador da participação em publicações e periódicos indexados internacionalmente demonstra que os países BRICS representavam juntos, em 1996, 9,1% (frente 32% dos EUA), mas saltaram para 21,8% em 2010 (frente a queda para 22% na participação dos EUA). O motor desse crescimento é a China que, comparada com os demais BRICS, passou de 30% em 1996 para mais de 60% em 2010, em termos de participação em publicações e periódicos indexados. A China foi a segunda maior investidora mundial em P&D em 2009, cujo impulsor vem sendo o setor empresarial. Com isso, a China também vêm crescendo sua participação no registro de propriedade intelectual. Ver BRICS Policy Center; Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento. O desenvolvimento desigual na era do conhecimento: a evolução da participação dos BRICS na produção científica e tecnológica mundial, de 1996 a 2010. *Policy Brief*, Dezembro de 2011.

Disponível

em

<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3226/doc/1436536132.pdf>

mais importante na estrutura global de reprodução expandida do capital, reproduzindo também, a seu modo peculiar, uma lógica imperialista, caracterizada por relações de dominação político-econômica com outros países e povos, exercendo a contínua exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora de suas fronteiras.

A tendência imperialista do Brasil (e dos demais BRICS) frente a outros países e regiões do Sul global enfrenta também contra tendências, seja por meio das resistências e lutas sociais (impulsionados por forças sociais de contestação nos territórios onde se encontram projetos de dominação), seja por constrangimentos estruturais. Esses resultam do fato de os EUA ainda serem o epicentro de poder global, que detêm o controle sobre a tecnologia e conhecimento (impedindo sua difusão para os demais países), além do alto poder de persuasão nas instituições e fóruns multilaterais, ademais de serem a potência militar que, hoje, não pode ser desafiada por nenhum outro país. Esses constrangimentos também resultam da própria relação intra-BRICS, mais precisamente da dependência da demanda chinesa para a produção e comércio brasileiro em seu setor principal econômico, o de commodities, além da concorrência entre esses países na disputa por territórios, recursos naturais e relações privilegiadas com países da África, da América Latina, da Ásia e do Oriente Médio. A combinação entre imperialismo e dependência perpetua, assim, esse papel paradoxal do Brasil na ordem mundial.